



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
ALESSANDRO ROBERTO LUZ

**O EMPREGO DA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS (TAD) NA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA**

Palhoça
2019

ALESSANDRO ROBERTO LUZ

**O EMPREGO DA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS (TAD) NA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Inteligência de Segurança Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientação: Prof. Camel André de Godoy Farah, Dr.

Palhoça
2019

ALESSANDRO ROBERTO LUZ

**O EMPREGO DA TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS (TAD) NA PRODUÇÃO
DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA**

Esta Monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista e aprovado em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Inteligência de Segurança Pública, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Palhoça, 27 de junho de 2019.

Professor orientador: Camel André de Godoy Farah, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

Professor Arguidor: Giovani de Paula, Dr.
Universidade do Sul de Santa Catarina

RESUMO

O dado é o elemento fundamental na produção do conhecimento e, portanto, deve receber o tratamento adequado pelo profissional de Inteligência. Além do juízo de valor para determinar a pertinência e utilidade do dado em relação ao assunto a ser abordado, a Técnica de Avaliação de Dados (TAD) é empregada para avaliar a credibilidade do dado mediante o julgamento da idoneidade da sua fonte e a veracidade do seu conteúdo. O objetivo deste trabalho é expor os principais aspectos da avaliação de dados e o emprego da TAD na produção do conhecimento de Inteligência no âmbito da Inteligência de Segurança Pública. Utilizando pesquisa bibliográfica foram abordados conceitos como dado, informação e conhecimento, aspectos gerais da metodologia de produção do conhecimento e a aplicabilidade da técnica contextualizando com a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Com o emprego de pesquisa qualitativa foram discutidos possíveis motivos que prejudicam a aplicabilidade da TAD pelos órgãos de Inteligência, dentre eles capacitação deficiente, volume de trabalho e falta de consciência por parte dos profissionais de Inteligência da importância da aplicação da técnica. O resultado é paradoxal, pois embora a TAD seja reconhecidamente importante a ponto de influenciar na qualidade do produto de Inteligência, ela ainda não é plenamente utilizada pelos profissionais da área. Conclui-se que a técnica compõe a análise estruturada e tem papel fundamental na metodologia de produção do conhecimento, mas carece de aprofundamento pela DNISP. Consequentemente, há lacunas na sua aplicabilidade decorrentes da falta de padronização na aplicação da técnica pelos órgãos de Inteligência ou ausência de métodos específicos para avaliar os diferentes tipos de dados e fontes que estão presentes no cotidiano da atividade de inteligência, discussão que poderá servir de base para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Inteligência de Segurança Pública 1. Técnica de Avaliação de Dados 2. TAD 3. Conhecimento de Inteligência 4. Análise de Inteligência 5.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Tela inicial do programa.....	63
Figura 2 - Avaliação efetuada conforme os critérios selecionados.....	63
Figura 3 - Cor adotada para resultado intermediário da avaliação.	64
Figura 4 - Cor vermelha destacando o resultado insatisfatório da avaliação.	64

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição das dimensões da Qualidade da Informação.....	31
Tabela 2 - Dimensões da Qualidade da Informação.	33
Tabela 3 - Critérios de qualidade para avaliar fontes de informações na Internet.	40
Tabela 4 - Julgamento da fonte na prática.....	44
Tabela 5 - Julgamento do conteúdo do dado na prática.....	46
Tabela 6 - Resultado da Avaliação do Dado.	47

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA	10
2.1	O CONHECIMENTO.....	10
2.2	TIPOS DE CONHECIMENTO	12
2.3	A CONCEPÇÃO DO PENSAMENTO E A CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO	13
2.3.1	O pensamento lógico	13
2.3.2	Lógica formal.....	14
2.3.3	Lógica material.....	15
2.3.4	O pensamento crítico	15
2.3.5	Estados do espírito em relação a verdade	16
2.4	O CICLO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	18
2.5	METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTOO (MPC).....	19
2.5.1	Planejamento	21
2.5.2	Reunião de Dados e/ou Conhecimentos.....	22
2.5.3	Processamento	23
2.5.4	Formalização e difusão	25
3	A TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS - TAD	27
3.1	DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO.....	27
3.2	QUALIDADE DA INFORMAÇÃO	29
3.3	FONTES DE DADOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA	35
3.4	A QUESTÃO DOS DADOS OBTIDOS NA <i>INTERNET</i>	38
3.5	A TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS NA DNISP	42
3.5.1	Julgamento da fonte	43
3.5.2	Julgamento do conteúdo	45
3.5.3	Resultado da avaliação.....	46

3.5.4 A TAD e os tipos de conhecimento de Inteligência	48
3.5.5 Necessidade e deficiências.....	50
4 O PARADOXO DA TAD.....	52
4.1 AUSÊNCIA DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA	53
4.2 INEXPERIÊNCIA PARA APLICAR A TÉCNICA	54
3.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE	55
4.4 EFETIVO INSUFICIENTE DE PROFISSIONAIS DE INTELIGÊNCIA.....	57
4.5 INEXISTÊNCIA DE BANCOS DE DADOS ADEQUADOS	58
4.6 VOLUME DE TRABALHO	59
4.7 FALTA DE CONSCIÊNCIA OU CONFIANÇA NA APLICAÇÃO DA TAD.....	60
4.8 FALTA DE CULTURA DE UTILIZAÇÃO DA TAD.....	60
5 SOFTWARE DE APOIO À TAD	62
6 CONCLUSÃO.....	66
REFERÊNCIAS	69

1 INTRODUÇÃO

A atividade de Inteligência é um dos recursos de assessoramento disponíveis ao tomador de decisão para subsidiá-lo com o conhecimento necessário, útil e oportuno que possa auxiliá-lo nas decisões a serem adotadas ou nas estratégias a serem implementadas.

A produção do conhecimento de Inteligência segue método, princípios e regras que conferem caráter estruturado ao processo de obtenção e processamento da informação até a produção do conhecimento propriamente dito. A adoção de uma metodologia específica é relevante, pois estrutura a análise e confere credibilidade ao resultado, de forma que o usuário tenha a percepção de que o conhecimento produzido foi baseado em técnicas previamente definidas, buscando a imparcialidade e qualidade do trabalho.

Várias etapas sistematizam o fluxo do processo de produção do conhecimento de Inteligência: a identificação da demanda, a concepção da estratégia de raciocínio, a obtenção da informação, a avaliação das fontes e dos conteúdos das informações obtidas, a análise, produção e difusão do conhecimento ao destinatário final. O produto desse método é um conhecimento de conteúdo lógico, estruturado e oportuno, fruto do pensamento criador do analista de Inteligência.

O dado é a matéria-prima da produção do conhecimento. Sem dado não há análise e, conseqüentemente, não há conhecimento. A atividade de Inteligência utiliza-se de dados oriundos das mais diversas fontes, sobretudo nos dias atuais em que a evolução dos recursos informáticos e a democratização do acesso a informação contribuíram para a produção e utilização de grande volume de dados. Por corolário, conclui-se que a escolha assertiva do dado/informação submetido ao crivo de critérios de avaliação pode impactar decisivamente na qualidade do conhecimento de Inteligência produzido. Portanto, antes de qualquer raciocínio analítico, é de fundamental relevância que tanto a veracidade do dado quanto a idoneidade da fonte de onde ele proveio sejam avaliados. Essa avaliação crítica é realizada com emprego de algumas técnicas e critérios de julgamento sistematizados no que a Doutrina de Inteligência denominou Técnica de Avaliação de Dados (TAD).

Preconiza-se que essa avaliação deve ser baseada em critérios objetivos empregados no julgamento da validade do conteúdo e idoneidade da sua fonte. O estudo da TAD envolve a reflexão sobre a concepção do pensamento humano, os estados da mente perante a verdade, os critérios de avaliação e o impacto da aplicação da técnica na qualidade do produto de inteligência. O julgamento da relevância, confiabilidade e precisão das informações,

bem como o estabelecimento de um código de classificação resultante da avaliação para uso posterior são essenciais para a precisão e credibilidade do conhecimento de Inteligência.

Apesar da relevância do tema, muitas vezes a importância da TAD é mitigada pelos órgãos de Inteligência, atribuindo-se a ela um papel coadjuvante no processo de produção do conhecimento.

Todavia, consoante lecionam Joseph e Corkill (2011, p. 98-9), se houver uma falha na avaliação, o valor real da informação não poderá ser conhecida e, conseqüentemente, prejudicará a produção do conhecimento. Assim, os métodos de avaliação utilizados pelos analistas de Inteligência merecem atenção especial, pois além de auxiliarem no julgamento da integridade das fontes e informações, desempenham também papel significativo na redução e gestão das incertezas envolvidas na tomada de decisão.

Portanto, o presente trabalho expôs o emprego da Técnica de Avaliação de Dados na produção do conhecimento de Inteligência. O objetivo foi ressaltar aspectos relevantes da aplicação da técnica e sua provável influência na qualidade do conhecimento produzido. Especificamente, o intuito foi abordar aspectos gerais do pensamento humano, apresentar a metodologia de produção de conhecimento de Inteligência, ressaltar a etapa de avaliação da fase de processamento da metodologia, detalhar a TAD, levantar possíveis razões que acarretam sua inaplicabilidade pelos órgãos de Inteligência, correlacionar a aplicação da técnica com a confiabilidade do conhecimento produzido e expor exemplo de solução tecnológica que pode servir de suporte à aplicação da técnica.

A metodologia empregada na primeira parte do trabalho foi baseada em pesquisa bibliográfica, ocasião em que foram abordados aspectos teóricos relacionados ao tema contextualizando-se com a Doutrina de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). A segunda parte foi baseada em pesquisa qualitativa onde, mediante reflexão crítica, foram identificados e discutidos possíveis motivos que ensejam a inaplicabilidade da TAD pelos órgãos de Inteligência.

2 A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE INTELIGÊNCIA

Segundo conceitua a DNISP, a Atividade de Inteligência de Segurança Pública é o exercício permanente e sistemático de ações de cunho especializado para identificar, avaliar e acompanhar ameaças reais ou potenciais na esfera de Segurança Pública, fundamentadas na produção e proteção de conhecimentos necessários aos tomadores de decisão e voltadas para o planejamento e execução de políticas no âmbito da Segurança Pública, assim como para a prevenção, neutralização e repressão de atos criminosos de qualquer natureza que atentem à ordem pública, à incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Denota-se pelo conceito que a produção do conhecimento é o núcleo da atividade de Inteligência em suas diversas facetas de atuação. Embora especializado, o conhecimento de Inteligência é uma vertente do conhecimento humano e revestido de rigor metodológico.

Adiante serão apresentadas os fundamentos gerais do conhecimento, a influência da lógica e do pensamento crítico na construção do saber, bem como os estados que a mente pode assumir perante a verdade. Será detalhada também a Metodologia de Produção do Conhecimento que consubstancia o conjunto de etapas a serem realizadas para a construção do conhecimento de Inteligência. O método é reflexo do pensamento estruturado e confere caráter científico ao trabalho de obtenção, avaliação, processamento e análise dos dados e informações que resultarão no produto de Inteligência a ser disponibilizado ao usuário.

2.1 O CONHECIMENTO

O homem é um ser pensante, dotado de consciência e capacidade de interagir com o mundo ao seu redor e dele extrair significado. Por meio de suas experiências, crenças, sensações, valores e aprendizagem o ser humano adquire informações que são intelectualmente processadas. O conhecimento, então, é a expressão da consciência humana por meio do qual o homem representa intelectualmente o mundo e lhe atribui significado. Conhecer é ter consciência sobre algo, adquirir informação e com ela possibilitar mudanças de comportamentos, atitudes, perspectivas ou influenciar na tomada de uma decisão. Assim, essencialmente, o conhecimento envolve uma relação entre o sujeito o objeto (HESSEN, 2000, p. 50), significa apreender espiritualmente um objeto e esta ação geralmente não se consubstancia num ato simples, e sim numa multiplicidade de atos. A consciência relaciona o

objeto a outros, efetua comparações, extrai conclusões e assim por diante. É o que faz um pesquisador quando quer determinar seu objeto sob todos os ângulos (HESSEN, 2000, p. 70).

Segundo Carvalho (2009, p. 21), o ato de conhecer está fundamentado na tentativa do espírito humano de estabelecer uma ordem para o mundo (exterior ou interior) para que este, fruto da consciência, torne-se inteligível e possa ser articulado intelectualmente.

Nota-se que, num primeiro momento, o ato de conhecer inicia-se com o contato direto da consciência com o objeto ou dado. O conhecimento intuitivo é o conhecimento pelo olhar, ou seja, o objeto é imediatamente apreendido como ocorre com a visão. Porém, não há dúvida que há conhecimento, pois tudo que é dado pela experiência externa ou interna é apreendido pelo ser dotado de consciência (HESSEN, 2000, p. 70).

Mas, trata-se ainda de uma relação intuitiva, sensorial, ainda desprovida de senso crítico, cujas impressões ainda passarão pelo processo de racionalização, de visualização de ideias, formulação de hipóteses, correlação com outros conhecimentos que validarão as proposições em busca da verdade. Sem deixar de lado o pensamento crítico e a contextualização com a realidade, adiciona-se os conceitos e ideias preconcebidos que ajudarão a conduzir a mente para além do que é dado, para atingir um novo patamar de consciência. Todos esses ingredientes resumem a essência da atividade cognitiva e fundamentam a produção do novo conhecimento.

Nesse sentido, é a lição de Carvalho (p. 2019, p. 23-4):

Todo conhecimento, considerando-se o termo em acepção estrita, nasce da intuição. Antes mesmo de sermos capazes de identificar certos objetos por meio das ideias, os intuímos, ou seja temos uma sensação direcionada, mas incerta de sua existência e é esta sensação que dirige todos os outros atos da consciência humana voltados à formação e justificação das proposições. Primeiro intuímos, depois racionalizamos para que nossa consciência aceite o objeto conhecido como tal. Por meio da racionalização o intelecto justifica e legitima as proposições construídas (e, em última instância, a intuição) tornando-as verdadeiras para o sujeito cognoscente. Neste sentido, os raciocínios são adaptáveis à intuição e, portanto, não são puros, ainda que indispensáveis ao conhecimento, uma vez que o legitimam (...).

O estudo do conhecimento humano é complexo e implica transitar por várias correntes filosóficas ou linhas de pensamento. Ao lado desse conhecimento intuitivo, empírico, baseado na experiência pessoal, transmitido informalmente, há também o conhecimento fruto do raciocínio lógico, conduzido por meio de métodos científicos, transmitido por intermédio de treinamento apropriado e que objetiva explicar racionalmente os fenômenos e evidenciar os fatos. O primeiro poderia ser denominado como conhecimento vulgar ou popular. O segundo, como conhecimento científico.

2.2 TIPOS DE CONHECIMENTO

Uma vez identificado os dois grandes grupos de conhecimentos, isto é, conhecimento vulgar ou popular e o conhecimento científico, é preciso salientar que as diferenças entre eles não residem na veracidade ou natureza do objeto conhecido. Um mesmo fenômeno ou fato pode ser observando tanto por um homem comum como por um cientista e ambos poderão produzir constatações compatíveis. Essencialmente, o que diferencia um conhecimento do outro são os métodos de produção do conhecimento empregados, a forma pela qual se observa o objeto a ser conhecido.

Alguns autores estabelecem uma classificação entre diversos tipos de conhecimentos, baseados nas características peculiares de cada um. Lakatos e Marconi (1991, p. 77-80) sugerem quatro tipos de conhecimento:

- a) **Conhecimento popular:** é baseado em estados de ânimos e emoções, por isso é valorativo porque os valores do sujeito cognoscente impregnam o objeto conhecido. É assistemático porque é fundamentado nas experiências particulares do sujeito, e não em um método ou sistematização de ideias. É verificável porque é limitado ao que se pode ser constatado na vida diária, perceptível no dia-a-dia e é falível e inexato, pois não permite a formulação de hipóteses além das percepções objetivas;
- b) **Conhecimento filosófico:** é baseado no esforço da razão para questionar os problemas humanos, no discernimento entre o certo e o errado. Trata-se de conhecimento valorativo porque as hipóteses filosóficas são fundamentadas na experiência e não da experimentação. É racional, pois consiste num “conjunto de enunciados logicamente correlacionados” (LAKATOS; MARCONI, 1991, p. 78). É sistemático, pois suas formulações objetivam a representação coerente da realidade. Por fim, é infalível e exato, pois seus postulados não são submetidos ao teste da observação (experimentação);
- c) **Conhecimento religioso ou teológico:** fundamentado em proposições sagradas, reveladas pelo sobrenatural e, por isso, as verdades são consideradas infalíveis e indiscutíveis (exatas). É um conhecimento sistemático como obra de um criador divino, porém suas evidências não são verificadas, estão relacionadas à fé perante o conhecimento revelado;
- d) **Conhecimento científico:** é o conhecimento baseado em fatos (factual). A veracidade ou falsidade das suas proposições são verificáveis pela experimentação

e não pela razão. Consequentemente, as hipóteses que não puderem ser comprovadas não pertencem ao âmbito da ciência. Por sua vez, é também falível pois não é definitivo, absoluto, ou seja, novas proposições ou técnicas podem reformular a teoria existente. Trata-se também de conhecimento sistemático, cujo saber é logicamente ordenado, teorizado e não disperso ou desconexo.

É importante ressaltar que, muito embora haja essa divisão entre os diferentes tipos de conhecimento baseadas nas diferenças entre métodos e características de cada um, o sujeito cognoscente pode penetrar diversas áreas de atuação, estudando o objeto conhecido sob diversos ângulos e pontos de vistas. Consequentemente, as diversas formas de conhecimento podem coexistir na mesma pessoa: um cientista pode ter suas convicções religiosas e filosóficas, por exemplo.

2.3 A CONCEPÇÃO DO PENSAMENTO E A CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO

Abordando a questão sob a perspectiva da produção do conhecimento de Inteligência e partindo-se da premissa que esse conhecimento está pautado numa metodologia própria, com etapas definidas e encadeadas, é de se esperar que o resultado do trabalho seja fruto do pensamento ordenado e organizado.

Segundo leciona Morin (2006, p. 10), qualquer conhecimento é fruto da seleção de dados significativos e rejeição de dados não significativos. Operações de separação (distinção, disjunção) e união (associação, identificação) dos dados; hierarquização (estabelecer o que é principal e secundário) e centralização (em função de um núcleo-chave) se utilizam da lógica e são norteadas por princípios de organização do pensamento ou paradigmas, postulados que governam a visão humana do mundo e das coisas.

Desse modo, é interessante para o analista noções de lógica para compreender a organização do pensamento e ordenação das ideias. O analista de Inteligência é, em suma, um intelectual, um indivíduo que é empregado em razão do seu conhecimento cognitivo e capacidades intelectuais (CORKILL, 2015, p. 40).

2.3.1 O pensamento lógico

Primeiramente, é oportuno definir o que é lógica. Sob o ponto de vista etimológico, o termo lógica origina-se do grego *logos* que significa “palavra”, “pensamento”, “conceito”, “razão”. Conforme conceitua Mortari (2001, p. 2), lógica “[...] é a ciência que estuda princípios

e métodos de inferência, tendo o objetivo principal de determinar em que condições certas coisas se seguem (são consequência), ou não, de outras.” Em outras palavras, é a ciência da consequência e da verdade da argumentação. É a ciência das leis do pensamento e a arte de aplicá-las corretamente na procura e demonstração da verdade (MUNDIM, 2002, p. 135).

Inferir-se do conceito que lógica é antes de mais nada uma ciência e, portanto, fundamentada na sistematização de conhecimentos, em proposições correlacionadas e num conjunto de atividades racionais direcionadas ao conhecimento do objeto.

Contextualizando a essência da atividade científica, Lakatos e Marconi (1991, p. 80-1) apontam que as ciências são dotadas de algumas características, tais como:

- a) objetivo ou finalidade: há a preocupação em distinguir as leis gerais que regem determinados eventos;
- b) função: acarreta o aperfeiçoamento do homem com o seu mundo;
- c) objeto: a ciência possui um objeto, ou seja, aquilo que se pretende estudar, analisar, verificar (objeto material) ou o enfoque especial sobre aquilo que se pretende estudar (objeto formal).

A lógica estuda princípios e métodos de inferência. Inferir significa concluir, deduzir, isto é, é uma operação lógica pelo qual se extrai uma proposição, resultando em uma conclusão utilizando-se de determinados dados.

O conceito estabelece ainda que a lógica tem por objetivo determinar em que condições as coisas são consequência ou não de outras, deduzindo-se uma relação de causalidade causa-efeito. Para tanto, a lógica utiliza-se do raciocínio que nada mais é do que o encadeamento de juízos.

Sendo assim, basicamente, inferir é raciocinar. Então, raciocinar ou efetuar inferências consiste em ‘manipular’ a informação disponível, ou seja, aquilo que é conhecido ou possivelmente verdadeiro e também aquilo em que acreditamos, e extrair consequências disso, obtendo informação nova. O resultado bem-sucedido do processo de inferência é que o sujeito fica sabendo de algo (ou acreditando em) que até então não sabia. (MORTARI, 2001, p. 4)

Tradicionalmente, divide-se a lógica em: lógica formal e lógica material.

2.3.2 Lógica formal

A lógica formal estuda as formas do pensamento. Trata da relação entre premissas e conclusão. É baseada em três operações intelectuais: apreensão (conhecimento imediato do

objeto sem lançar mão de processos complexos), juízo (é uma afirmação ou negação entre ideias. O julgamento compreende uma relação entre dois ou mais termos que poderá ser verdadeira ou falsa), e o raciocínio (partindo de dois ou mais juízos, é possível extrair outro juízo (conclusão) deles decorrentes (DIDIO, 2017, p. 56-7).

2.3.3 Lógica material

Por sua vez, “lógica material é o conjunto de regras que devemos seguir para ordenar bem a matéria dos atos de inteligência, a fim de obter um conhecimento verdadeiramente científico que nos permita chegar à verdade. É também chamada de metodologia.” (MUNDIM, 2002, p. 136). Em síntese, é o ramo da Lógica que estuda os diferentes métodos a serem empregados para se chegar, segura e rapidamente, à verdade.

Considerando que a verdade é o estado de conformidade do espírito em relação às coisas (verdade lógica), decorre-se que as ideias e afirmações só serão verdadeiras quando corresponderem à realidade.

2.3.4 O pensamento crítico

O pensamento crítico caminha lado a lado com a análise estruturada. Ele consiste na capacidade de argumentar, indagar e duvidar buscando a melhor compreensão de situações, possibilitando novas abordagens, perspectivas e soluções para os problemas.

Está relacionado ao modo de pensar sobre qualquer assunto, conteúdo ou problema no qual o pensador melhora a qualidade do seu pensamento ao assumir o comando com suas habilidades e impondo-lhe padrões intelectuais.

Constata-se que o pensamento crítico é tanto um ato metacognitivo deliberado de pensar sobre o pensamento quanto cognitivo de pensar, pelo qual uma pessoa reflete sobre a qualidade do processo de raciocínio simultaneamente enquanto raciocina para se chegar a uma conclusão sobre o problema. O pensador tem dois objetivos igualmente importantes: melhorar a maneira como se raciocina, bem como chegar a uma solução correta. (MOORE, 2007, p.8).

A relevância do pensamento crítico para a análise estruturada é crucial, pois “[...] o raciocínio disciplinado permite a formulação de ideias sobre o que acreditar ou fazer.” (EXÉRCITO, 2019, p. 2-2). O ato de conhecer abrange todas as formas de se adquirir conhecimento e o pensamento é parte integrante da cognição. Então, quando se pensa criticamente, implicitamente são impostas estruturas para assegurar rigor e minuciosidade, mas

sem limitar a criatividade. O esforço para aprimorar o pensamento adicionando elementos e desenvolvendo características intelectuais é salutar para o trabalho de análise.

O pensamento crítico também é cabível na atividade de avaliação. Conforme observa Moore (2007, p. 59), analistas que realizam avaliações e julgamentos têm a oportunidade de empregar habilidades cognitivas fundamentais do pensamento crítico: interpretação, análise, avaliação, inferência, explicação e autorregulação. Cada uma dessas competências contribui para a integração das evidências disponíveis por meio de uma linha clara de raciocínio para a resposta mais provável. Os bons pensadores críticos são capazes de explicar “o que eles pensam e como eles chegaram a esse julgamento”.

Enfim, o pensamento crítico pode assegurar que o analista seja mais efetivo e eficiente no desempenho de suas tarefas.

2.3.5 Estados do espírito em relação a verdade

A mente ou espírito humano pode apresentar diversos estados frente à verdade devido à imperfeição dos processos mentais e da complexidade dos fatos e/ou situações. Se a verdade ainda é desconhecida, como se não existisse, o espírito apresenta-se em estado de ignorância. Se a verdade pode parecer simplesmente como possível, o espírito apresenta-se em estado de dúvida. Se provável, o estado do espírito é de opinião. Por fim, se a verdade é evidente o estado do espírito é de certeza em relação a ela.

Nota-se que a ignorância é um estado negativo que representa a completa ausência de conhecimento sobre determinado objeto (fato e/ou situação). A ignorância pode ser vencível ou invencível, conforme seja possível vencê-la ou não. Ela pode ser absoluta, no caso total ignorância sobre o objeto, ou parcial.

A dúvida é um estado intermediário, de equilíbrio entre a afirmação e a negação. É a incerteza sobre a realidade de um fato ou verdade de uma afirmação. Pode ser espontânea, quando há abstenção do espírito por falta de exame do pró e do contra, ou refletida, quando há exame das razões do pró e do contra. Ela também pode ser universal no caso de se considerar todo tipo de asserção como correta.

Todavia, embora represente um estado de incerteza da mente perante o objeto, deve-se reconhecer que a dúvida é a força motriz que impulsiona a busca por evidências, haja vista que, só se pode considerar ciência aquilo que é certo e indubitável. No entanto, Sá (2004, p. 94) pondera com base nas lições de Descartes, que duvidar também demanda um método e que, na busca da verdade, não devemos nos ocupar de um objeto sobre o qual não há certeza sobre ele.

Por sua vez, a opinião é o estado de espírito que afirma com temor de se enganar. A mente acata, com reservas, a imagem por ela mesma formada referente a um fato e/ou situação. Difere da dúvida pois nesta há a suspensão do juízo, enquanto na opinião o juízo é emitido.

Finalmente, a certeza é o estado da mente onde há a adesão firme a uma verdade conhecida, sem receio de enganar-se. É a forma de assentimento objetiva e subjetivamente suficiente, com pretensa aceitação universal. Na certeza, o estado de espírito do sujeito aceita completamente, sem dúvida ou hesitação, ao objeto que apreende. A certeza é baseada na evidência, naquilo que não comporta nenhuma dúvida quanto a sua verdade ou falsidade. A evidência apresenta-se tão claramente ao espírito, impondo-se de modo manifestamente verdadeiro, que não há condições de se duvidar. Há uma adesão incondicional da inteligência àquilo que se é evidente, prescindindo-se de prova ou demonstração.

Sob o ponto de vista crítico, há certeza sobre determinado objeto quando o juízo é objetivamente suficiente para todos. Quando o juízo é apenas subjetivamente suficiente (somente para o sujeito), temos a convicção. Hessen (2000, p. 83) acrescenta ainda que “Não basta que nosso juízo seja verdadeiro. Devemos também alcançar a certeza de que ele é verdadeiro.

No estudo do pensamento filosófico de Kant, Caygill (2000, p. 57) leciona que o estado de certeza é relevante para se estabelecer os limites do que pode ser conhecido, isto é, na possibilidade da razão chegar a uma conclusão quanto as suas interrogações. “Entretanto, a certeza não serve como critério para a verdade mas somente como um sinal ou marca da experiência subjetiva da verdade de em juízo.”

Analisando o que foi dito, é possível constatar uma gradação entre os estados da mente/espírito: partindo da completa ausência de conhecimento sobre o objeto, seguindo para um estado intermediário de dúvida ou opinião até se chegar na certeza, estado onde não há qualquer dúvida sobre o objeto a ser conhecido.

Por outro lado, em se tratando de estados imanentes do espírito humano associados ao intelecto, notadamente são aplicáveis ao analista de Inteligência. Influenciado por suas experiências, vivências, repertório de referências que contribuem para o seu senso de percepção, o analista se depara com o fato e elabora um juízo de valor sobre ele.

Partindo pelos fatos conhecidos da situação e uma compreensão das forças em ação naquele momento e lugar específicos, o profissional de análise busca identificar os antecedentes ou consequências lógicas da situação. Então, desenvolve um cenário que se encaixa como uma

narrativa plausível. O analista também pode voltar-se para o passado para explicar as origens ou causas da situação atual, ou para frente para estimar o resultado futuro.

A lógica situacional comumente se concentra em traçar relações de causa-efeito ou relacionamentos de meios-fins quando se lida com comportamento intencional. O analista identifica os objetivos que estão sendo perseguidos e explica o motivo pelo qual determinados meios viabilizarão atingir esses objetivos (HEUER JUNIOR, 1999, p. 33). Porém, uma vez pesquisado, o assunto modifica o pensamento do observador, pois agrega novos elementos. A partir daí o analista já não concebe o tema da mesma forma e a experiência se torna enriquecedora.

Numa visão fenomenológica da Metodologia de Produção de Conhecimentos, os chamados estados da mente perante a verdade podem ser descritos como o tipo de experiência vivida pelo analista de Inteligência no contato com o fenômeno acompanhado. Assim sendo, os fatos analisados não podem ser dissociados daquele que produz o conhecimento. Quando a mente posiciona-se perante a verdade, o que de fato ocorre é um processo ativo de auto-regulação entre uma pessoa, seus conhecimentos pré-existentes (a priori) e um novo fato que se apresenta. O quanto essa pessoa conhece o que já viveu, o que sente, e o vocabulário de que dispõe, estão entre as variáveis inerentes ao processo de produção de um Conhecimento acerca desse novo fato. O Relatório de Inteligência traz consigo o dado, agregando a este as experiências distintas do observador (a fonte, o agente operacional) e do analista, transferindo-as para o processo decisório do usuário final. (ROSITO, 2006, p. 24).

A compreensão dos estados da mente perante a verdade na Inteligência é pertinente também porque gera reflexos na Técnica de Avaliação de Dados, assim como é determinante para a produção dos diferentes tipos de conhecimentos que podem ser produzidos (informe, informação, estimativa e apreciação).

2.4 O CICLO DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Notadamente, a Atividade de Inteligência de Segurança Pública (AISP) é de grande valia para o assessoramento em decisões relativas à Segurança Pública, seja no nível tático ou estratégico.

Dada a relevância da atividade e as implicações que dela poderão surgir, ela deverá ser realizada em estrita observância à legalidade e aos princípios do Estado Democrático de Direito. Ou melhor, deverá sempre ser exercida nos limites das normas vigentes e à luz dos princípios da doutrina de Inteligência.

Em se tratando de uma atividade essencialmente técnica, o produto da atividade de Inteligência, seja ele qual for, é o resultado da aplicação de metodologias e regras previamente estabelecidas.

Estabelecendo as bases procedimentais a fim de orientar a atividade de Inteligência como um todo, a Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP) estabeleceu o Ciclo da Atividade de Inteligência. O ciclo é um processo contínuo que objetiva atender as necessidades do usuário, do tomador de decisão. Basicamente, é composto por três etapas:

- a) orientação: tem em vista o Plano de Inteligência (PI), solicitação de uma agência congênere, determinação da autoridade competente, ou por iniciativa da própria Agência de Inteligência (AI);
- b) produção: tem por objetivo a produção do conhecimento de inteligência, o qual é fundamentada na Metodologia de Produção do Conhecimento;
- c) utilização: o produto de inteligência é utilizado pelo usuário final. Novas necessidades poderão surgir e o ciclo se reinicia.

No contexto da etapa de produção temos a Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC), consistente numa sequência ordenada de procedimentos visando produzir um conhecimento de Inteligência estruturado, confiável, preciso, útil e oportuno. Inserida em uma das fases da MPC, na tarefa de avaliação da fase do processamento, está a Técnica de Avaliação de Dados (TAD). É uma etapa necessária para avaliar a confiabilidade e credibilidade das fontes e dados que fundamentarão o conhecimento a ser produzido.

2.5 METODOLOGIA DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO (MPC)

Quando se fala na adoção de uma metodologia de produção do conhecimento de Inteligência, implicitamente infere-se que o produto do trabalho do analista é fruto do emprego de um método, isto é, um conjunto de atos, procedimentos e atividades sistemáticas, racionais, ordenados, baseados em regras com o objetivo de atingir um objetivo determinado. A virtude do método é viabilizar que se alcance o conhecimento válido e verdadeiro com maior segurança e economia, estabelecendo o caminho a ser seguido mediante uma sequência ordenada de atos, prevenindo ou detectando erros e auxiliando o analista nas decisões a serem adotadas.

Muito embora o método seja empregado em todas as ciências, nem todos os ramos de estudo que utilizam métodos são considerados ciências.

Alguns autores reconhecem a proximidade do método com a teoria da investigação, sobretudo quando se está diante de um determinado problema e objetiva-se alcançar uma

solução comprovada para ele. Nesse sentido, respeitadas as devidas peculiaridades, a comparação do método investigativo com o fluxo de trabalho do analista de Inteligência é pertinente, uma vez que este também parte da problematização de uma demanda identificada, adota uma série de atos ordenados, regrados e sistematizados com o objetivo de produzir um conhecimento útil, lastreado em pressupostos válidos.

Para Lakatos e Marconi (1991, p. 84-5), a teoria da investigação alcança cientificamente seus objetivos quando cumpre ou se propõe a cumprir as seguintes etapas:

- a) descobrimento do problema ou lacuna num conjunto de conhecimentos;
- b) colocação precisa de um problema;
- c) busca de conhecimentos ou instrumentos relevantes ao problema, ou seja, o exame do conhecido para se tentar resolver o problema;
- d) tentativa de resolver o problema com o auxílio dos meios identificados;
- e) invenção de novas ideias hipóteses, teorias ou técnicas;
- f) obtenção de uma solução exata ou aproximada do problema com o auxílio dos elementos disponíveis;
- g) investigação das consequências da solução obtida;
- h) prova ou comprovação da solução confrontando-a com as teorias e informações pertinentes. Se o resultado é satisfatório, a pesquisa é encerrada;
- i) correção das hipóteses, teorias, procedimentos ou dados empregados na obtenção da solução incorreta, iniciando-se um novo ciclo de investigação.

Nota-se certa semelhança com o caráter exploratório da análise de Inteligência, onde o analista parte da identificação do problema e a partir daí implementa atos com o objetivo de produzir o conhecimento: obtém dados/informações, analisa os elementos disponíveis, seleciona os pontos de interesse, formula hipóteses, avalia as soluções até o resultado final, correto e confiável.

Reconhecendo a importância da adoção de um método e suas implicações positivas, a DNISP estabeleceu, inspirada em outras doutrinas de Inteligência, a Metodologia da Produção do Conhecimento (MPC). Sinteticamente, conforme já dito, a MPC é definida como um processo formal e regular consistente num conjunto de ações sistemáticas que conduzem a produção e proteção do conhecimento de Inteligência, que é materializado em documentos de Inteligência.

É um processo contínuo e sequencial composto por quatro fases: Planejamento, Reunião de Dados, Processamento, Formalização e Difusão.

Trata-se de divisão elaborada para fins didáticos, pois as etapas não são rigidamente separadas, elas interpenetram-se e são interdependentes. O método deve nortear o trabalho do analista e não o engessar.

2.5.1 Planejamento

O ciclo de Inteligência inicia-se por uma decisão objetivando produzir conhecimento de Inteligência sobre determinado problema, situação ou tópico de investigação (Inteligência auxiliando a investigação criminal). Planejamento é a fase da MPC onde se é estabelecido o escopo, os principais objetivos, o conteúdo e o prazo para a elaboração do produto de Inteligência. É nesta etapa onde são definidos também os parâmetros e técnicas a serem utilizadas no trabalho. Conforme a DNISP, nesta fase são definidos os seguintes pontos:

- a) determinação do assunto;
- b) estipulação dos prazos;
- c) determinação da faixa de tempo a ser considerada: estabelecer marcos temporais pertinentes para o desenvolvimento do estudo objeto de análise;
- d) determinação do usuário: autoridade ou órgão congênere que utilizará o conhecimento produzido;
- e) determinação da finalidade: o planejamento deve esgotar o assunto tratado, de forma a ser útil ao tomador de decisão;
- f) determinação dos aspectos essenciais do assunto: consiste em relacionar os pontos potencialmente necessários para se extrair as conclusões sobre o assunto estudado. Os aspectos essenciais podem ser: conhecidos, ou seja, aqueles para os quais já se tenha algum tipo de resposta ou a conhecer, que são os aspectos essenciais os quais o analista deverá obter novas respostas.

Para que os analistas tenham claramente a tarefa definida, os gestores e tomadores de decisão devem conhecer os potenciais e as limitações da análise de Inteligência. Da mesma forma, os analistas devem auxiliar o usuário final com produtos de Inteligência sob medida e direcionados a atender o que fora solicitado.

Esta fase também é de atribuição de tarefas e requer uma estreita colaboração entre os analistas e os destinatários do conhecimento. É preciso que haja concordância com o assunto de análise, com o objetivo, escopo, cronograma e a forma de relatório, incluindo a divulgação e recebimento do produto de Inteligência. O analista precisa ser claro sobre as expectativas e a intenção do usuário do conhecimento.

Uma abordagem interessante é tratar demandas complexas como projetos e planejar cuidadosamente suas diferentes etapas. Projetos complexos podem exigir uma quantidade considerável de tempo e recursos significativos. Com base nos aspectos relevantes para o escopo do projeto, o analista deve desenvolver um plano de projeto detalhado que inclua os objetivos, o escopo e o cronograma acordados, bem como a sequência de atividades, e lista dos recursos necessários para concluir com êxito a tarefa. Esta fase é indispensável para servir de guia à coleta e posterior análise de informações.

Enfim, um planejamento claro e bem definido economiza tempo a longo prazo e permite o uso eficiente dos recursos, resultando em um aumento na qualidade do resultado. Também reduz o risco de que a coleta, o armazenamento, o compartilhamento e o manuseio de dados e informações não estejam alinhados com os padrões estabelecidos e, assim, comprometa o sucesso de todo o projeto”. (OSCE - ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE, 2017, p. 32)

Numa visão mais ampla, com planejamento apropriado, os produtos de Inteligência podem auxiliar no desenvolvimento de planos estratégicos para lidar com os problemas atuais e se preparar para os futuros.

Infelizmente, muitas vezes, a importância desta etapa é subestimada. A inobservância das medidas de planejamento e a falta de concordância dos objetivos a serem alcançados com o produto de Inteligência podem comprometer o resultado final.

2.5.2 Reunião de Dados e/ou Conhecimentos

Nesta fase são adotadas medidas para se obter os dados e conhecimentos que permitam responder ou complementar os aspectos essenciais a conhecer. O objetivo é reunir dados de fontes abertas ou públicas, conhecimentos em arquivos ou documentos, dados passíveis de serem obtidos em buscas, dados provenientes de outros órgãos/agências, etc., elementos oriundos de diferentes fontes que poderão ser úteis na construção do conhecimento.

Doutrinariamente, conforme a DNISP, os dados podem ser obtidos mediante duas ações de inteligência: ação de coleta e ação de busca.

Na ação de coleta o analista deve pesquisar para obter os dados e os conhecimentos que permitam responder a todos os aspectos essenciais a conhecer ou que complementem os aspectos essenciais conhecidos, antes de pensar em empreender a busca. São realizadas pesquisas na internet, em arquivos, rede de contatos, bibliotecas, consultas em arquivos ou

bancos de dados do órgão, solicitação de informações a órgãos congêneres ou acionamento do Elemento de Operações (setor de uma AI que planeja e executa operações).

Para racionalizar e otimizar a tarefa, é aconselhável que o analista adote algumas regras como: partir das ações mais simples para as mais complexas, iniciar com o custo mais baixo para os mais elevados, priorizar ações de menor risco e, se necessário, partir para ações mais arriscadas. (SANTOS; FRANCO, 2011, p. 124).

Por sua vez, nas ações de busca são empregadas técnicas operacionais para a obtenção dos dados protegidos e/ou negados. A busca pode ser desencadeada mediante um Pedido de Busca (PB) destinado a órgãos congêneres ou Ordens de Busca (OB) para o elemento de operação da própria agência para que desencadeie ações para obter os conhecimentos necessários que estejam sob alguma proteção.

2.5.3 Processamento

Nesta etapa da MPC o conhecimento propriamente dito é produzido. Neste momento, o analista de inteligência processa as informações e os dados com o objetivo de produzir produtos de Inteligência que auxiliarão os gestores a tomar decisões ideais. O tipo de informação e os dados que um analista pode explorar e analisar são contextualmente específicos para o ambiente em que se opera.

De acordo com a DNISP, a fase do processamento compreende quatro subetapas, quais sejam:

a) avaliação: reunidos os dados e/ou conhecimentos que foram obtidos na etapa anterior, agora o analista determinará os pontos de interesse que serão relevantes para o trabalho, isto é, qual o ponto do conteúdo de um dado interessa efetivamente para o deslinde do caso. Em seguida, é preciso determinar a pertinência e o grau de credibilidade dos dados e/ou conhecimentos reunidos com o objetivo de classificar, ordenar e priorizar aqueles que serão utilizados e influenciarão decisivamente no conhecimento a ser produzido. Ao final o analista expressará seu estado de certeza, opinião ou dúvida em relação aos dados disponíveis. Para ser utilizado no conhecimento de Inteligência, todo dado precisa ser avaliado.

A pertinência é determinada quando o dado e/ou conhecimento é coerente e compatível com o produto de Inteligência a ser produzido. Conforme preceitua a DNISP (BRASIL, 2014, p. 26), inicialmente é realizado um exame preliminar do relacionamento entre o que foi obtido e o que é desejado, esgotando-se pela

determinação das frações significativas (parcelas de dados e/ou conhecimentos que interessam aos aspectos essenciais anteriormente levantados).

Ao julgar as frações significativas, são comparadas as frações entre si, os aspectos essenciais elencados no planejamento e o que o analista sabe sobre o assunto. O resultado do processo são frações significativas graduadas em credibilidade. Os dados e/ou conhecimentos julgados como não pertinentes ao trabalho serão descartados para o assunto específico.

Prosseguindo, é realizado o julgamento de credibilidade da fonte e do conteúdo do dado e/ou conhecimento. Para o julgamento da fonte são verificados aspectos de autenticidade, confiança e competência. Em contrapartida, o julgamento do conteúdo leva em consideração a coerência, compatibilidade e semelhança.

Para a avaliação da fonte e do conteúdo do dado é empregado um método denominado Técnica de Avaliação de Dados (TAD). Por fim, o resultado da avaliação será expresso por meio de recursos de linguagem que expressem o estado de certeza, de opinião ou dúvida do profissional de inteligência.

Tanto o processo de avaliação da fonte/contéudo do dado, quanto o emprego da TAD serão objetos de exposição mais detalhada no decorrer deste trabalho;

b) análise: após avaliados e relacionados aos aspectos essenciais levantados, o analista decompõe os dados e/ou conhecimentos reunidos e examina cada um deles no intuito de estabelecer sua importância em relação ao assunto que está sendo estudado. As frações de dados e de conhecimentos que sejam pertinentes ao produto que deverá ser elaborado e tenham credibilidade para compor o trabalho são denominadas de frações significativas.

Santos e Franco (2011, p. 125) acrescentam ainda que a análise compreende a determinação, por “discernimento mental, da natureza, do significado e da relação existente entre as várias partes, elementos, aspectos ou qualidades daquilo que está sendo examinado.” Leva-se em conta o estudo de vários aspectos ou elementos sob a fim de chegar uma conclusão, resultado ou solução.

É importante ressaltar que a qualidade do produto final está diretamente relacionada à qualidade dos dados e do processo de análise. A qualidade dos métodos analíticos pode ser superior, mas ao lidar com informações pobres ou limitadas desde o início, o resultado será prejudicado. Dados incorretos ensejarão resultado insatisfatório. Entretanto, bons dados nem sempre levarão a um bom resultado. Produtos analíticos

de qualidade dependem muito da qualidade do processo analítico (HESSEN, 2000, p. 86);

c) integração: nesta subetapa o analista monta um conjunto coerente, ordenado e lógico com as frações significativas com valor para o conhecimento em elaboração, buscando dar um novo significado.

O aproveitamento de uma fração significativa depende do tipo de conhecimento que se pretende produzir, porém é aconselhável que sejam aproveitadas frações significativas com o grau máximo de credibilidade;

d) interpretação: nesta etapa final da fase de análise, as frações significativas são integradas em um todo e o analista procura concluir o significado final do fato ou situação sob análise. Deve-se buscar estabelecer as relações de causa e efeito, apontar tendências e padrões, e elaborar previsões baseadas no raciocínio.

2.5.4 Formalização e difusão

Finalmente, o conhecimento é disponibilizado ao usuário demandante na forma de documentos de Inteligência. Para que o conhecimento produzido seja útil, devem ser observados os princípios do sigilo, da oportunidade e da necessidade de conhecer.

O documento de Inteligência pode conter informações sensíveis, estratégicas e de interesse somente do destinatário. Sendo assim, se o sigilo for violado e o conteúdo chegar ao conhecimento de terceiros as consequências podem ser bastante negativas. Corolário do sigilo é o princípio da necessidade de conhecer, o qual preconiza que o acesso às informações deve ser restrito somente às pessoas que necessitem conhecê-las para o desempenho das suas funções ou tarefas.

Porém, de nada adianta produzir um conhecimento excelente, se ele chegar ao destino após o acontecimento dos fatos que motivaram a produção do conhecimento. Por isso, observando-se o princípio da oportunidade, em casos excepcionais admite-se a difusão informal da informação antes mesmo do documento ser formalizado.

Sendo assim, conforme exposto, as diferentes concepções do pensamento humano, a construção do raciocínio e os estados que a mente pode assumir perante a verdade são aspectos indissociáveis da atividade cognitiva do analista.

Portanto, constata-se que a construção do conhecimento de Inteligência não é uma tarefa empírica, desordenada ou direcionada por subjetivismos. Ao contrário, a metodologia de produção do conhecimento é o conjunto ordenado e encadeado de atos que conduz o trabalho

do analista, de forma a conferir confiabilidade e credibilidade ao produto final. O método nada mais é do que expressão do pensamento crítico, estruturado, do raciocínio disciplinado que traz consigo, intrinsicamente, o esforço do aprimoramento cognitivo sempre buscando o melhor resultado.

O papel da TAD nesse contexto é primordial, pois a avaliação da credibilidade do dado, que é a matéria-prima da análise, e a idoneidade de sua fonte acaba por exercer papel decisivo na qualidade do conhecimento que será produzido. Uma avaliação mal realizada ou desprovida de técnica poderá contaminar as tarefas subsequentes da produção do conhecimento, colocando em risco a confiabilidade do produto final.

O capítulo seguinte detalha a TAD contextualizando-a com a DNISP. Serão abordados também temas adjacentes como conceitos de dado, informação e conhecimento, bem como aspectos da qualidade da informação.

3 A TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS - TAD

Não há como conceber a atividade analítica de Inteligência sem que haja dados ou informações disponíveis. A própria metodologia de produção de conhecimento está fundamentada na reunião, avaliação e análise dos dados, para ao final se produzir o conhecimento esperado.

O processo de análise é alimentado por dados/informações. Agências e analistas utilizam informações de diversas fontes. Dados são recebidos por uma agência de Inteligência sem que houvesse solicitação prévia, resultado do compartilhamento proativo de informações, cenário desejável na atividade de Inteligência. Em contrapartida, há a informação que é ativamente buscada pela agência ou analista e é recebida por meio de um pedido de informação ou pesquisa em banco de dados. (CARTER, 2014, p. 20). Sendo assim, o dado é a matéria-prima da atividade de Inteligência e sem ele não há que se falar em produção de conhecimento.

Todavia, muitas vezes equivocadamente considerados como sinônimos, nem sempre os termos dado, informação e conhecimento são empregados com a devida acurácia.

3.1 DADO, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Conceitualmente, dado é a representação de uma situação ou fato desprovida de qualquer contextualização ou valoração. É a unidade da informação em sua forma mais simples e bruta. Isoladamente considerado, o dado não possui significado relevante e, por si só, é desprovido de compreensão. Representa algo que, a princípio, não possui sentido e por isso, não tem o condão de embasar conclusões ou decisões.

O dado, enquanto unidade mais simples da informação, carrega intrinsecamente um valor que somente ganha sentido quando é vinculado a outros dados ou a outros valores contidos em outros dados. “Aparentemente, a expressividade e a utilidade que o valor imbricado no “dado” recebe quando é introduzido em um quadro conjugado de “dados”, diz respeito a uma espécie de contextualização que, uma vez realizada, atribui sentido ao valor. (SEMIDÃO, 2014, p. 103)” Sob outro prisma, “dado” é o fruto do contato da percepção cognitiva com a realidade, por meio da observação ou de medição.

Aos dados são atribuídas algumas características, como: são observações simples sobre o estado de algo, podem ser facilmente estruturados, quantificados, transferidos, coletados e podem ser obtidos por máquinas (sensores, por exemplo).

Por sua vez, informação é o produto da organização e ordenação dos dados de forma a transmitir significado e compreensão dentro de um contexto. É o conjunto de dados com possibilidade de se extrair significado, desde que estes dados possam ser analisados e comparados.

Segundo Semidão (2014, p. 103), quando se diz que um conjunto de dados se transforma em informação, denota-se que o “nexo funcional entre ‘dados’ e ‘informação’ reside em uma noção produtivista que concebe a ‘informação’ como um produto resultante da organização de ‘dados’”. Dessa forma, o fato de os “dados” se tornarem “informação” sugere uma mudança de estado: “de ‘dados’ com seu valor contextual menor, para ‘informação’ com seu valor contextual mais expressivo e mais útil.” Portanto, informação é o dado ou conjunto de dados submetidos a um processamento mediante metodologia e técnicas estruturadas, cujo resultado expressa um significado.

Decorrente desta relação concebida entre “dado” e “informação”, surgem as noções de processo, de produto e de mudança de estado semântico. No processo, os dados são trabalhados para ganhar significado. O produto é o resultado dos dados processados e, por fim, os “dados” se tornam “informação” com a mudança de conteúdo semântico. (SEMIDÃO, 2014, p. 110-111).

A informação é dotada de algumas características, algumas inclusive de especial relevância para a produção do conhecimento de inteligência, quais sejam (VIANNA, 2015, p. 39):

- a) relevância: a informação deve ser importante a quem se destina, ou seja, deve estar inserida no contexto daquele que vai tomar a decisão;
- b) simplicidade: deve ser simples, compreensível e clara, evitando-se qualquer complexidade que possa gerar confusão;
- c) economicidade: o custo e o valor da informação devem ser compatíveis. Além disso, informações fora do contexto não serão úteis para contribuir para o resultado almejado;
- d) tempestividade: a informação deve chegar no tempo certo e atual;
- e) completude: a informação deve ser completa, ou seja, não tão complexa, mas também não deve ser tão resumida ou lacônica;
- f) confiabilidade: característica relacionada à fonte da informação que deverá ser confiável;
- g) verificabilidade: a veracidade da informação poderá ser verificada ou será possível reproduzir os resultados que indica;

h) precisão e exatidão: deve ser fidedigna e sem erros, capaz de estar o mais próximo possível da realidade.

Entretanto, muito embora a informação, de modo geral, tenha certas características, a economicidade não pode ser levada em consideração na produção do conhecimento de Inteligência. No âmbito da Inteligência, se determinada informação for necessária, ela deverá ser obtida, mesmo que o “custo” seja desfavorável. É importante lembrar que a Inteligência de Segurança Pública lida com questões que envolvem interesse público, de forma que não se é permitido abrir mão da informação que seria crucial em prol da economicidade. Eventualmente, quando for possível obter a informação por diversos meios, é aconselhável optar pelo meio menos custoso. Porém, nem sempre a escolha é possível e, neste caso, mesmo assim a informação deverá ser obtida objetivando o melhor resultado no conhecimento a ser produzido.

Acrescente-se ainda que as informações são dados transformados e dotadas de relevância e significado, portanto, requer análise e a mediação humana para sua contextualização.

Já o conhecimento, em linhas gerais, é a capacidade de interpretar e relacionar um conjunto de informações, juntamente com experiências, impressões, crenças, percepções e valores para se extrair conclusões e compreensão do contexto estudado. Sob a perspectiva da atividade de Inteligência, o conhecimento é o produto da análise dos dados e informações e de outros conhecimentos realizados pelo analista mediante o emprego da metodologia de produção do conhecimento (MPC).

3.2 QUALIDADE DA INFORMAÇÃO

Fator relevante que pode impactar diretamente no conhecimento a ser produzido é a qualidade do dado/informação disponível. Geralmente, o conceito de qualidade da informação está atrelado à “adequação ao uso”, isto é, a aptidão de uma informação atender aos requisitos esperados pelo usuário (AROUCK, 2011, p. 17). Todavia, quais os aspectos da informação que devem ser considerados e que agregarão valor ao produto de Inteligência, tornando-o valioso e útil?

A qualidade da informação pode ser analisada sob diversos enfoques, tanto adotando-se como referência a perspectiva do usuário da informação quanto do provedor do conteúdo.

Ainda não há consenso na literatura acerca das qualidades, atributos ou dimensões mensuráveis que são relevantes para se avaliar a qualidade da informação. Além disso, as

“dimensões relacionadas à qualidade da informação não são facilmente identificadas, requerem análise e consenso entre geradores, leitores e demais interessados.” (SORDI; MEIRELES; GRIJO, 2008, p. 170). Para esses autores as dimensões da qualidade da informação são, na verdade, informação a respeito de uma informação (metainformação).

No tocante à qualidade, para Burgess, Gray e Fiddian (2004, p. 375) a informação será de alta qualidade quando atender as necessidades do usuário. É uma avaliação sob a perspectiva do usuário e ressalta que o usuário não detém o controle sobre a qualidade da informação disponibilizada, seu objetivo é apenas buscar informações que atendam suas necessidades.

Já para Naumann e Rolker (2000, p. 152), a qualidade da informação é influenciada sob três fatores principais: a percepção do usuário, a informação em si mesma e o processo de acesso à informação. Cada aspecto fornece elementos para averiguar a qualidade da informação:

- a) a percepção do usuário: indiscutivelmente, o usuário é a fonte mais importante para se avaliar a qualidade da informação. Em última análise, é o usuário quem decide se a informação é qualitativamente boa ou não. Portanto, ele pode fornecer uma contribuição valiosa, sobretudo em se tratando de critérios subjetivos como a compreensibilidade. É uma avaliação subjetiva;
- b) a fonte (origem da informação): para alguns critérios a própria informação pode fornecer elementos para averiguar sua qualidade, como por exemplo, a completude de uma informação. É uma abordagem objetiva;
- c) o processo de acesso à informação: é a avaliação do processo para acessar ou consultar a informação. Critérios como, por exemplo, tempo de resposta para se acessar uma informação, podem ser avaliados objetivamente sem a necessidade de se avaliar a percepção do usuário ou a qualidade da origem da informação.

Nota-se que o estudo da qualidade da informação envolve a abordagem de diferentes dimensões de análise. Há várias formas de categorizar as dimensões de qualidade da informação e ainda não há uniformidade quanto a isso. Diferentes autores propõem atributos distintos que possam qualificar a informação. Huang, Lee e Wang (1999) *apud* Sordi, Meireles e Grijo (2008, p. 170) elaboraram um lista de quinze dimensões agrupadas em quatro categorias que pode servir como referência para a verificação da qualidade da informação:

- a) qualidade intrínseca: acurácia, objetividade, confiabilidade e reputação. Destaca a qualidade específica da informações;
- b) qualidade de acessibilidade: acesso e segurança da informação;

c) qualidade contextual: relevância, valor-agregado, economia de tempo, completeza e quantidade de dados. Está relacionado aos requisitos dos contextos específicos;

h) qualidade representacional: interpretabilidade, facilidade de uso, representação concisa e representação consistente. Representa o formato, interpretação e utilização da informação.

Outrossim, baseado no trabalho realizado por Arouck (2011) que efetuou levantamento bibliográfico sistematizado para identificar e agrupar as dimensões da qualidade da informação (QI), Schmidt (2013, p. 26) relacionou as dimensões identificadas por aquele autor, com as respectivas definições em inglês, descrição e fontes teóricas, conforme a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Descrição das dimensões da Qualidade da Informação

Dimensões da QI (Português)	Dimensões da QI (Inglês)	Descrição	Fontes Teóricas
Abrangência	<i>Comprehensiveness</i>	Indica a capacidade da informação possuir um escopo que aborde uma vasta gama de assuntos	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009); Arouck (2011)
Acessibilidade	<i>Accesssibility</i>	Indica o quanto a informação está disponível, ou sua recuperação é fácil e rápida	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Atualidade	<i>Currency</i>	Indica o quão recente é o conteúdo da informação obtida	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009); Arouck (2011)
Clareza	<i>Clarity</i>	Indica a capacidade da informação ser entendida e compreendida pelo grupo alvo	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009); Arouck (2011)
Compleitude	<i>Completeness</i>	O quanto não há falta de informação e a informação disponível tem profundidade e amplitude suficientes para o trabalho.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Concisão	<i>Conciseness</i>	O quanto a informação é representada de forma concisa.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Confiabilidade	<i>Reliability</i>	Capacidade de prover e gerenciar informações sem qualquer conflito, inconsistência, de uma forma confiável e atualizada.	Isik, <i>et al.</i> (2011); Arouck (2011)

Consistência	<i>Consistency</i>	O quanto a informação é sempre apresentada no mesmo formato.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Conteúdo	<i>Content</i>	O quanto o conteúdo da informação possui a precisão e é suficiente para atender às necessidades dos usuários.	Doll e Torkzadeh (1988); Chen <i>et al.</i> (2000); Hou (2012)
Conveniência	<i>Convenience</i>	O quanto a informação corresponder às necessidades e hábitos do usuário.	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009); Arouck (2011)
Correção	<i>Correctness</i>	Indica a capacidade da informação ser livre de distorção, viés ou erro.	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009);
Credibilidade	<i>Believability</i>	O quanto a informação é considerada verdadeira e confiável.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Entendimento	<i>Understandability</i>	O quanto a informação é facilmente compreendida.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Facilidade de Uso	<i>Ease of use</i>	O quanto a informação é facilmente manipulada e pode ser usada em diferentes tarefas.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Formato	<i>Format</i>	O quanto a informação é apresentada de modo que seja inteligível e facilmente compreendida pelos usuários.	Nelson <i>et al.</i> (2005)
Interatividade	<i>Interactivity</i>	O quanto os consumidores da informação podem acessá-la interativamente.	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009);
Interpretabilidade	<i>Interpretability</i>	O quanto a informação é clara e apresentada em linguagem, unidades de medida e símbolos apropriados.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Livre de erros	<i>Free-of-error</i>	O quanto a informação é correta e confiável.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Objetividade	<i>Objectivity</i>	Grau em que a informação é imparcial, sem vieses e preconceitos.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Pertinência	<i>Relevancy</i>	O quanto a informação é aplicável e útil para o trabalho.	Kahn <i>et al.</i> (2002); Arouck (2011)
Precisão	<i>Accuracy</i>	O quanto a informação é suficientemente precisa e próxima da realidade.	Eppler (2006); Popovič <i>et al.</i> (2009);
Quantidade adequada de dados	<i>Appropriate amount of data</i>	O quanto o volume de informação é adequado ao trabalho.	Kahn <i>et al.</i> (2002)

Rastreabilidade	<i>Traceability</i>	Indica a capacidade de se ter um histórico da informação visível (autor, data, etc.).	Eppler (2006); Popović <i>et al.</i> (2009);
Reputação	<i>Reputation</i>	O quanto a informação é valorizada de acordo com sua fonte ou conteúdo.	Kahn <i>et al.</i> (2002); Pinto (2012); Ditzel (2009)
Segurança	<i>Security</i>	O quanto o acesso à informação é apropriadamente restrito e por isso seguro.	Kahn <i>et al.</i> (2002)
Tempestividade	<i>Timeliness</i>	O quanto a informação é processada e entregue rapidamente sem atrasos	Eppler (2006); Popović <i>et al.</i> (2009); Arouck (2011)
Valor adicionado	<i>Value-added</i>	O quanto o uso da informação gera benefícios e vantagens quando utilizada	Kahn <i>et al.</i> (2002)

Fonte: SCHMIDT, Samuel Otero. **Avaliação das dimensões da qualidade da informação no contexto de sistema de inteligência de negócio (business intelligence): um estudo de caso sob a perspectiva do usuário.** 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013, p. 26.

Por sua vez, Nelson, Todd e Wixom (2005, p. 204) identificaram um núcleo composto por quatro principais dimensões da qualidade da informação: acurácia, completude, atualidade e formato. A Tabela 2 abaixo sintetiza estas dimensões:

Tabela 2 - Dimensões da Qualidade da Informação.

Dimensão	Definição	Categoria da qualidade da informação
Acurácia	O grau que expressa se a informação está correta, inequívoca, significativa, crível e consistente.	Intrínseca
Completude	Medida que expressa se todos os estados possíveis e relevantes estão representados na informação	Extrínseca, contextual
Atualidade	O grau em que a informação está atualizada ou o grau que a informação precisamente reflete o estado atual do mundo que ela representa	
Formato	O grau em que as informações são apresentadas de maneira compreensível e interpretável para o usuário e, assim, auxiliar na conclusão de uma tarefa.	Extrínseca, representacional

Fonte: NELSON, R. Ryan; TODD, Petere A.; WIXOM, Barbara H.. Antecedents of Information and System Quality: An Empirical Examination Within the Context of Data Warehousing. **Journal Of Management Information Systems.** [S.I.], p. 204, 2005.

Em contrapartida, Wang *et al.* (1995) *apud* Aurock (2011, p. 17-18) também apresentam quatro dimensões de atributos de qualidade da informação: acessibilidade, interpretabilidade, utilidade e credibilidade. Para ser acessível, a informação tem que estar disponível; para ser útil, a informação deve ser relevante e oportuna; para ser crível, o usuário avaliará se a informação é completa, coerente, credível e precisa.

Portanto, foi possível constatar que estabelecer parâmetros para se determinar a qualidade da informação é uma tarefa complexa, que demanda a análise das dimensões que serão relevantes ao contexto em que a informação será aplicada e às expectativas do usuário no tocante ao que se espera de uma informação de qualidade.

De qualquer forma, independente da abordagem utilizada, alguns aspectos podem ser levados em consideração para melhor compreensão do aspecto multidimensional e hierárquico da qualidade da informação (Wang *et al.* (1995) *apud* Aurock (2011, p. 17)):

- a) o usuário deve ser capaz de obter os dados, isto é, os dados devem ser acessíveis;
- b) deve-se compreender a sintaxe e a semântica da informação;
- c) a informação deve ser útil;
- d) a informação deve ter credibilidade para o usuário.

Abordando o estudo das dimensões da qualidade da informação é possível constatar que a avaliação da qualidade do dado/informação poderá ser realizada em diferentes níveis de aprofundamento, inclusive diferenciando-se em relação ao referencial adotado. A abordagem realizada sob a perspectiva do usuário será diferente daquela realizada sob o enfoque da fonte ou do método utilizado.

Contudo, não resta dúvida que, seja qual for o propósito da informação, a verificação da sua qualidade deverá ser feita de forma estruturada e utilizando-se critérios objetivos. A estruturação da análise é reflexo da metodologia empregada e conduz ao conhecimento organizado e confiável. A identificação dos aspectos intrínsecos da informação (dimensões) serve justamente para eleger os fatores que serão avaliados objetivamente por aquele que produzirá conhecimento com a informação. A ideia é justamente mitigar ao máximo possíveis subjetivismos que poderão nortear a avaliação, buscando-se isenção e precisão no resultado.

Neste ponto é possível traçar um paralelo com o trabalho realizado pelo analista de Inteligência. Não há como negar a possibilidade de averiguação da qualidade da informação na avaliação dos dados, inserida no contexto da metodologia de produção do conhecimento.

Conforme já dito, a qualidade da informação pode ser verificada mediante o exame das suas diversas dimensões. Então, conclui-se que, quanto maior o número de dimensões

abordadas, maior o aprofundamento de análise e, conseqüentemente, maior o grau de credibilidade da informação avaliada.

Aparentemente, a DNISP abordou a questão das dimensões da qualidade da informação com pouco aprofundamento. Ao estabelecer a TAD como método para a avaliação de dados, preconizou que a avaliação da credibilidade do conteúdo objetivando aferir seu grau de veracidade será baseada no julgamento de apenas três aspectos: coerência, compatibilidade e semelhança. Isto quer dizer que, dentre o universo de atributos da informação/dado que poderiam ser abordados (conforme relacionado alhures), apenas três foram eleitos como significativos para influenciar na qualidade da informação.

Cabe uma breve interpretação do seguinte trecho da DNISP: “No julgamento do conteúdo, buscando a atribuição do grau de veracidade, devem ser verificados três aspectos:” coerência [...], compatibilidade [...], semelhança [...]. Ao que parece, pela redação do texto, a DNISP estabeleceu três atributos (coerência, compatibilidade e semelhança) adotados como critérios para se chegar a um outro atributo (grau de veracidade). Veja-se que a veracidade também pode ser considerada uma das facetas da qualidade da informação.

Foge do escopo deste trabalho desvendar os argumentos que motivaram a estruturação da avaliação da qualidade do dado da forma como foi estabelecida na DNISP. Apenas pontua-se que outros atributos, além dos preconizados, poderiam ser utilizados no julgamento do conteúdo, ampliando-se o alcance da avaliação. Numa época em que os dados são abundantes e extremamente heterogêneos, se faz necessário lançar mão de todos os recursos que permitam avaliá-los sob diversos enfoques e com o devido aprofundamento, objetivando obter a máxima credibilidade e utilidade.

3.3 FONTES DE DADOS DA ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA

Fontes de dados no âmbito da Inteligência são as pessoas, organizações ou documentos que detém o dado, ou melhor, é de onde o dado se origina.

Todo conhecimento advém de alguma fonte de informação. “Para criar um novo conhecimento é imprescindível que este seja embasado por outro conhecimento já existente e devidamente comunicado em alguma fonte de informação, seja ela oral, escrita ou audiovisual.” (SALES e ALMEIDA, 2007, p. 72). Portanto, o conhecimento no contexto da Inteligência só existe se houver uma origem, uma fonte de informação que forneça subsídios para sua construção.

Se analisarmos o processo histórico de desenvolvimento do conhecimento é possível verificar que o homem sempre dependeu das fontes de informação que se transformaram e continuam se transformando até hoje. Em contrapartida, o desenvolvimento crescente das tecnologias de informação potencializa o surgimento de fontes de informação. (Sales e Almeida, 2007, p. 68)

Segundo a DNISP, as fontes podem ser classificadas em abertas ou fechadas. Nas fontes abertas os dados podem ser obtidos livremente, sem maiores restrições. São documentos, pessoas, organizações e equipamentos os quais os dados são obtidos por livre acesso. São exemplos de fontes abertas:

- a) mídia: revistas, jornais, mídia audiovisual, informações em bases de dados;
- b) dados públicos: documentos ou dados publicamente disponíveis, tais como: relatórios governamentais, audiências públicas, dados oficiais, atos e debates legislativos, discursos, etc.;
- c) informações profissionais e acadêmicas: eventos, simpósios, palestras, periódicos ou trabalhos acadêmicos, etc.;
- d) meios eletrônicos: informações disponíveis em redes sociais, documentos, textos, imagens presentes na rede mundial de computadores, etc.

As fontes abertas podem ser muito úteis ao analista. Atualmente, há uma tendência entre os serviços de Inteligência em priorizar a utilização de dados obtidos em fontes abertas em razão do melhor “custo/benefício”. Muitas vezes a informação necessária poderá ser obtida na mídia, na internet ou em periódicos, por exemplo, sendo desnecessário o investimento em tecnologias sofisticadas ou engendrar operações de Inteligência complexas que demandem certo risco para se obter o dado. Evidentemente, cada caso deverá ser criteriosamente analisado pelo profissional de Inteligência, que deverá avaliar a qualidade do dado obtido visando o melhor resultado no trabalho.

Já nas fontes fechadas, protegidas ou sigilosas os dados são protegidos ou negados. Dado negado é aquele que necessita de uma operação de busca com utilização do Elemento de Operações para sua obtenção, ao passo que para o dado protegido é necessário prévio credenciamento para acessá-lo. Os dados são obtidos com restrições de sigilo ou cuja identificação não pode ser revelada.

Entretanto, nem sempre o dado é obtido pelo analista diretamente na fonte que o originou. “Quando o dado é transmitido ao analista por um meio que não originou o fato, situação ou opinião, este meio é denominado canal de transmissão.” (SANTOS, FRANCO, 2011, p. 83). Canal de transmissão é o meio pelo qual o dado é veiculado.

É importante diferenciar fonte e canal (ou meio) de transmissão do dado, razão pela qual é aconselhável que o analista procure saber como ocorreu a comunicação entre a fonte original e o canal de comunicação.

Quanto aos meios de obtenção dos dados, eles são divididos basicamente em dois: meios humanos e eletrônicos.

Na inteligência humana (HUMINT), o homem é a fonte de obtenção de dados. Segundo Santos e Franco (2011, p. 84), a

[...] fonte humana, apesar das imperfeições inerentes à sua condição, é a fonte ideal por excelência. É a única capaz de emitir juízo de valor a respeito de tudo que ouve, vê ou percebe. Operar fontes humanas é fundamental para todos os processos de Inteligência, mas requer operadores de Inteligência especialmente capacitados.

Conforme a DNISP, basicamente dois tipos de fontes humanas podem ser utilizadas pela Inteligência de Segurança Pública:

- a) colaborador: consiste em pessoa não integrante da Agência de Inteligência que é recrutada em razão de seus conhecimentos ou ligações. Pode criar facilidades para a AI ou eventualmente transmitir dados de interesse do órgão;
- b) informante: pessoa operacionalmente recrutada que trabalha em sua área de atuação. Pode ser ou não treinada para o desempenho da função.

Por sua vez, na Inteligência Eletrônica o foco primordial é o uso de equipamentos eletrônicos ou sistemas informatizados para a obtenção de dados, incluindo os dispositivos conectados à rede mundial de computadores. A Inteligência Eletrônica pode ser subdividida em:

- a) Inteligência de Sinais: envolve a interceptação e análise de comunicações, radares, telemetria, etc., decodificação de mensagens, processamento de imagens digitais, transcrição de informações em outros idiomas dentre outras funções;
- b) Inteligência de Imagens: envolve a obtenção e processamento de imagens obtidas por meio fotográfico, por satélites, radares, sensores infravermelhos, dentre outros;
- c) Inteligência de Dados: refere-se à captura de dados por meios de dispositivos ou sistemas informáticos. Também envolve o processamento de grande volume de dados, cuja complexidade de análise exige metodologia especializada.

3.4 A QUESTÃO DOS DADOS OBTIDOS NA *INTERNET*

Vivemos em uma época marcada pela enorme quantidade de dados disponíveis. Nunca se produziu e consumiu tantos dados no mundo. Em razão do crescente desenvolvimento da tecnologia de informação e comunicação, bem como da democratização da tecnologia que está cada vez mais acessível a todos, o volume de dados tem crescido exponencialmente.

Em um estudo intitulado Universo Digital “Extraindo valor do caos” realizado pela consultora IDC a pedido da empresa EMC (GANTZ; REINSEL, 2011) concluiu-se que a quantidade de dados no mundo mais do que dobra a cada dois anos. Estamos na era do “Big Data”, era da produção e consumo massivos de dados/informação, a era em que as pessoas estão cada vez mais utilizando de tecnologias e a informação está na palma da mão, ao toque do *smartphone*. Redes sociais expõem a vida de milhões de pessoas virtualmente conectadas. O conhecimento nunca esteve tão acessível, bastam apenas alguns *clicks* para que se abra um universo praticamente infinito de possibilidades e informações diante dos nossos olhos, na rede mundial de computadores.

Estudos apontam que o total de conhecimento produzido pela humanidade nos últimos anos, graças às tecnologias da informação e comunicação, é maior do que o total das ideias geradas ao longo de toda a história da civilização. “O universo binário da *internet* está passando a englobar todos os dados, fatos e informações gerados pelo ser humano, sobretudo aqueles conteúdos produzidos nas três últimas décadas.” (MARSHALL, 2014, p. 10).

Nas palavras do mesmo autor (2014, p. 10),

É uma hiper-onda de transformação sobre tudo o que sabemos sobre a vida, sobre a sociedade e sobre a relação do ser humano com o conhecimento. Temos uma nova, e revolucionária, matriz de produção, processamento, acumulação e transmissão de informação, de saber e de cultura. A geração de informação e os sistemas disponíveis para produção e troca de comunicação transformaram-se em uma verdadeira febre mundial, materializando as teorias da terceira onda, com suas previsões sobre o nascimento de uma nova civilização humana.

Assim como o conhecimento está cada vez mais disponível ao público, evidentemente também está para os profissionais de Inteligência. Dados em fontes abertas representam um vasto campo de informações que podem ser utilizados na atividade de Inteligência. Hoje em dia, cada vez mais tem se falado e utilizado da chamada *Open Source Intelligence* (OSINT), ou seja, a coleta, reunião e produção de conhecimento a partir de fontes abertas. Para se ter uma ideia do potencial da OSINT, estima-se que 90% do conhecimento utilizado na atividade de inteligência é obtido de fontes abertas (FELIX, 2005). Defensores da

utilização da OSINT argumentam que é muito mais vantajoso e seguro obter dados que estejam livremente disponíveis do que mobilizar Elementos de Operação para obtê-los, com todos os riscos inerentes a uma operação de inteligência.

Neste cenário, certamente a *Internet* é o maior veículo de acesso a esse manancial de informações. Entretanto, a facilidade de produzir e difundir informações faz com que, no tocante a determinado assunto, muitas vezes a quantidade de informações disponíveis seja bastante superior à capacidade do leitor de absorver o conteúdo. Ademais, o aumento exponencial do volume de informações disponíveis tem forçado as organizações a otimizar sua coleta e tratamento. Por si só a informação não é mais suficiente, é necessário que seja localizada, tratada e analisada. (TARAPANOFF, 2006, p. 81).

Se por um lado, a utilização de dados abertos na *Internet* na produção do conhecimento de Inteligência é um agente facilitador, por outro é preciso redobrar a atenção na avaliação da qualidade do conteúdo e na confiabilidade da fonte. Desnecessário lembrar que a qualidade do dado irá impactar diretamente o conhecimento a ser produzido e, conseqüentemente, influenciar a convicção do gestor ou tomador de decisão.

Seguindo essa linha de raciocínio, Sales e Almeida (2007, p. 73) asseveram que, com o maior acesso às fontes de informação viabilizadas pela *Internet*, e sobretudo ao fato dessas fontes geralmente não serem submetidas a uma avaliação prévia, informações irrelevantes, impertinentes, imprecisas e desatualizadas acabam sendo disponibilizadas, razão pela qual é indispensável a realização de um estudo referente aos critérios de avaliação de fontes de informação disponíveis na rede mundial de computadores.

Após exaustivos estudos teóricos e análise de páginas na *Internet* Tomaél *et al* propõe dez itens (2001, p. 9-11) de avaliação para fontes da *Internet*: informação de identificação, consistência das informações, confiabilidade das fontes, *links*, facilidade de uso, *layout* da fonte, restrições percebidas, suporte ao usuário e outras observações percebidas. Dentre os itens propostos, alguns podem ser aplicáveis na avaliação de conteúdos obtidos na *Internet* para fins de produção de conhecimento de Inteligência (desde que observadas as devidas peculiaridades da atividade). Os critérios e subcritérios estão resumidos no quadro a seguir:

Tabela 3 - Critérios de qualidade para avaliar fontes de informações na Internet.

Critérios	Subcritérios
Informação de identificação – dados detalhados da pessoa jurídica ou física responsável pelo <i>site</i> de forma a identificá-la plenamente.	Endereço eletrônico do <i>site</i> e da fonte; <i>E-mail</i> do <i>site</i> (organização que disponibiliza a fonte; Título da fonte de informação claro e preciso, além de informativo; Endereço eletrônico (URL) da fonte de informação definindo clara e objetivamente a autoria; Objetivos da fonte informando o público destinatário; Disponibilização de informações adequadas sobre a fonte (apresentação, nota explicativa, informações gerais, etc.), descrevendo seu âmbito; Identificação da tipologia da fonte e de sua origem;
Consistência das informações - detalhamento e completeza das informações que fornecem:	Cobertura da fonte, abrangendo informação de toda a área que se propõe; Validade do conteúdo; Resumos ou informações complementares que contribuam para a qualidade; Coerência na apresentação do conteúdo informacional; Oferta de informações filtradas ou com agregação de valor. Verificar se a informação oferecida é embasada ou somente opinativa; Apresentação de informação original ou apenas fornecimento do endereço para

	recuperá-la (baseada somente em acesso a <i>links</i>).
Confiabilidade das informações – investiga a autoridade ou responsabilidade:	Dados completos de autoria como mantenedor da fonte; Autor, pessoa física, reconhecido em sua área de atuação, demonstrando formação/especialização; Analisar a organização que disponibiliza o <i>site</i>; Conteúdo informacional relacionado à área de atuação do autor demonstra relevância; Observância de outras informações como: existência de referências bibliográficas dos trabalhos do autor; endereço para contato com o autor; se foi derivada de um formato impresso/origem; Verificação de datas: quando foi produzida, se está atualizada e quando.

Fonte: TOMAÉL et al. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p.1-14, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2010/11/pdf_dfc000a67c_0013475.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Sob outro enfoque, Pestana (2001, p. 42-46) propõe ainda outros critérios que podem ser utilizados na avaliação da informação disponível na *Internet*:

- a) finalidade e audiência: verificar a finalidade e a audiência (público-alvo) a qual a informação se destina;
- b) autoridade: obrigatoriamente deve-se determinar a origem da fonte, quem é o autor e se apresenta contato, se é especialista na área, se está vinculado a alguma organização ou instituição ou se a autoria é atribuída a alguma organização reconhecida. Neste caso, verificar se o *site* é oficial;

- c) cobertura: confirmar se a informação consiste em texto integral ou se é um resumo de uma outra fonte. Se a informação for original, deverá ser avaliada a profundidade no tratamento do assunto e se está de acordo com o público-alvo;
- d) exatidão: fundamental verificar se a informação é exata ou pode ser alvo de tratamento tendencioso. Deve-se atentar para a motivação dos indivíduos ou organizações envolvidos na produção da fonte;
- e) atualização: geralmente, as fontes apresentam a data de criação e/ou revisão. É importante saber se o conteúdo é estático ou se é atualizado com frequência. Verificar se os links estão realmente acessíveis ou se estão “quebrados” (conteúdo inacessível ou não encontrado);
- f) comparação com outras fontes: sempre é aconselhável estabelecer pontos de comparação com outras fontes existentes, com o intuito de determinar a originalidade da informação encontrada e o grau de cobertura do assunto. Deve-se também analisar a vantagem de acessar a informação pela *Internet* em comparação com outros formatos disponíveis;
- g) qualidade da escrita: o nível de escrita é um dos aspectos mais relevantes na avaliação. A ausência de erros gramaticais ou tipográficos, a clareza da terminologia e da argumentação são aspectos positivos na avaliação de uma fonte de informação.

É evidente que a *Internet* é uma riquíssima fonte de informações, uma valiosa ferramenta que o analista pode e deve lançar mão para consecução do seu trabalho. Porém, o profissional de Inteligência deve estar atento à qualidade do conteúdo e à confiabilidade das fontes presentes na rede mundial de computadores. A facilidade de obter o conhecimento ao custo de apenas alguns *clicks* não deve sobrepujar a qualidade do produto de Inteligência elaborado pelo analista.

Apesar da crescente utilização de dados de fontes abertas em trabalhos de Inteligência, infelizmente, a DNISP não estabeleceu qualquer método específico de avaliação para este tipo de dado e fonte. Ao contrário, preferiu tratar o tema implicitamente inserido no método geral de avaliação de dados.

3.5 A TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DE DADOS NA DNISP

No estudo das fontes de Inteligência, restou claro que os profissionais de inteligência utilizam informações de diversas origens. Dados também são recebidos por uma

Agência de Inteligência sem solicitação prévia, resultado do compartilhamento proativo de informações, cenário desejável no âmbito da atividade. Em contrapartida, há a informação que é ativamente buscada pelo analista e recebida por meio de um pedido de informação ou pesquisa em banco de dados. (CARTER, 2014, p. 20).

Após coletados, os dados são avaliados para se determinar a pertinência e o grau de credibilidade dos dados e/ou conhecimentos reunidos, no intuito de classificar aqueles que serão utilizados e influenciarão no conhecimento a ser produzido. Para se verificar a credibilidade do dado, a DNISP preconiza a aplicação da Técnica de Avaliação de Dados (TAD). A credibilidade é avaliada em duas vertentes: o julgamento da idoneidade da fonte de onde proveio o dado e o julgamento do grau de veracidade do conteúdo do dado propriamente dito. O resultado da avaliação será expresso utilizando recursos de linguagem que expressem o estado de certeza, opinião ou dúvida do profissional de Inteligência. Dependendo do grau de credibilidade resultante, os dados poderão ser utilizados nos diferentes tipos de conhecimentos de Inteligência.

Malgrado a DNISP tenha estabelecido que o objetivo primário da TAD é a verificação da credibilidade do dado, indiretamente outros aspectos podem ser verificados. Segundo Schneider (1995, p. 4), o objetivo também da avaliação é verificar a validade e a precisão dos dados brutos, a eficácia do esforço de coleta, além de garantir que os dados sejam consistentes com os padrões éticos. Esta etapa garante que os dados sejam úteis. A ausência desta fase ou na falta de qualquer padrão de garantia de qualidade, resultará na coleta e arquivamento de dados brutos que poderão potencialmente resultar em políticas equivocadas, desperdícios de recursos ou graves questões de privacidade.

3.5.1 Julgamento da fonte

Fonte de dados é tudo aquilo que contém, produz ou apreende um dado. Consiste em pessoas, organizações, grupos, documentos, fotografias, vídeos, instalações ou qualquer elemento do qual se possa extrair dados de interesse da Inteligência.

Cumprido observar que nem sempre o avaliador terá condições de obter o dado diretamente da fonte. Poderá haver um elemento intermediário, denominado Canal de Transmissão, que se encarregará de transmitir o dado. O Canal de Transmissão deverá ter condições de perceber, memorizar e descrever um fato ou situação. Quando a transmissão do dado tiver ocorrido por meio de um Canal de Transmissão, é recomendável que o avaliador ou

analista também julgue esse elemento intermediário de forma a conferir maior credibilidade a sua avaliação.

No julgamento da fonte, o objetivo é avaliar seu grau de idoneidade, verificando-se três aspectos:

- a) autenticidade: é verificado se o dado ou conhecimento realmente provém da fonte de origem ou de intermediários. Nesse sentido, fonte autêntica é aquela que diretamente do fato ou situação, sem intermediários e teve a oportunidade de observar, perceber e memorizar;
- b) confiança: consiste em um atributo de natureza subjetiva onde são verificados diversos aspectos a fim de qualificar uma fonte como idônea ou não: antecedentes e comportamento social, colaboração anterior procedente, motivação de ordem ética ou profissional, grau de instrução, valores, convicções, maturidade, etc.;
- c) competência: deve-se avaliar se a fonte tem habilitação técnica, intelectual ou física, ou seja, se reúne condições pessoais ou física de relatar o fato da forma como foi apresentado ou se detinha localização adequada para obter aquele dado específico.

Observa-se que a DNISP adotou o mesmo critério que o Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência do Exército Brasileiro para o julgamento da fonte. Todavia, a doutrina militar foi além e detalhou as questões que podem ser consideradas na tarefa de avaliação, orientando assim o trabalho do avaliador, conforme é apresentado na Tabela 4:

Tabela 4 - Julgamento da fonte na prática.

PARA DETERMINAR	PERGUNTA-SE	VERIFICA-SE
AUTENTICIDADE	O dado provém realmente da fonte presumida?	Canais de transmissão ou meios pelos quais passou o dado.
	Em caso afirmativo, foi nessa fonte que o dado se originou?	Processos utilizados para identificação e reconhecimento das fontes.
CONFIANÇA	Qual o envolvimento da fonte no episódio descrito?	Antecedentes (criminal, político, de lealdade, de honestidade etc.).
	Qual o interesse da fonte ao fornecer o dado?	Padrão de vida é compatível ou não com o seu poder aquisitivo

	Quais as características pessoais da fonte? Qual a contribuição já prestada anteriormente?	(cargo, emprego, situação em relação ao OI/AI etc.). Contribuição já prestada (precisão dos dados etc.). Motivação (ciúme, vingança, patriotismo, pagamento, interesse pessoal etc.).
COMPETÊNCIA	A fonte está habilitada a perceber e transmitir o dado? A localização da fonte permite perceber o fato ou a situação que descreve?	Atributos pessoais da fonte para perceber, memorizar e descrever o fato ou a situação (experiência relativa ao assunto). Localização da fonte, condições do horário e local da observação.

Fonte: BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, 2019, p. 2-18.

3.5.2 Julgamento do conteúdo

Este julgamento visa aferir o grau de veracidade do conteúdo do dado. Santos e Franco (2011, p. 96) asseveram que, para avaliar satisfatoriamente os dados, o profissional de Inteligência deverá: conhecer a técnica, ter prática (experiência), vivência na atividade, conhecimento do assunto veiculado e percepção aguçada.

Nessa avaliação, são levados em consideração três aspectos:

- a) coerência: é verificado se o dado apresenta contradições no conteúdo, no encadeamento lógico e na harmonia interna (sequência lógica);
- b) compatibilidade: este aspecto determina o grau de harmonia com que o dado se relaciona com outros já conhecidos;
- c) semelhança: deve-se verificar se há outro dado semelhante, oriundo de outra fonte, que venha confirmar o dado sob observação.

Novamente, a DNISP seguiu os critérios de avaliação do conteúdo do dado do Exército Brasileiro. Porém, o manual militar foi mais explicativo, como se pode constatar na Tabela 5, extraída do Manual Técnico de Produção do Conhecimento de Inteligência:

Tabela 5 - Julgamento do conteúdo do dado na prática.

Para Determinar	Pergunta-se	Verifica-se
SEMELHANÇA	O dado é confirmado por outras fontes?	Quais os meios transmissores ou meios pelos quais passou o dado? Há outro dado cujo conteúdo esteja conforme o dado em julgamento?
COERÊNCIA	O dado em julgamento apresenta contradições em seu conteúdo?	Há harmonia interna do dado? Há encadeamento lógico?
COMPATIBILIDADE	O dado harmoniza-se com outros conhecidos anteriormente?	Há relacionamento do dado com o que se sabe sobre o fato ou a situação que é objeto do mesmo? Qual o grau de harmonia do dado?

Fonte: BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, 2019, p. 2-19.

3.5.3 Resultado da avaliação

Efetuada os julgamentos da fonte e do conteúdo e após integrar os resultados obtidos, a conclusão da avaliação deverá ser formalizada e traduzida em recursos de linguagem que permitam expressar o estado de certeza do profissional de Inteligência quanto à aceitação do dado pela mente: certeza quando há adesão total, dúvida ou opinião quando a adesão é parcial ou ignorância se houver incapacidade de adesão.

Comumente, o resultado é expresso em uma tabela utilizando-se o código de avaliação de dados, consistente em um índice alfanumérico que representa a graduação dos critérios de avaliação. A letra representará a idoneidade da fonte e o número a veracidade do conteúdo do dado.

Embora as doutrinas de Inteligência tenham estabelecido os parâmetros norteadores para se efetuar a TAD, não há padronização entre as AI's no que se refere à formalização do resultado da avaliação que é expresso pelo código de avaliação de dados. As agências costumam adotar diferentes graduações e códigos para expressar a idoneidade da fonte e veracidade do conteúdo.

Essa falta de padronização prejudica a uniformidade de aplicação e entendimento da TAD. A DNISP preocupou-se apenas em traçar linhas gerais sobre a questão, sem adentrar em minúcias e sem força vinculante para as AI's. Estabeleceu apenas os critérios de avaliação, mas não se preocupou em estipular o código de avaliação de dados, deixando que as AI's

estabeleçam seus próprios códigos. Melhor seria se estivesse estabelecido o código de avaliação para ser adotados pelas diversas AI's. Da forma como está atualmente estruturada, pode ensejar diversas interpretações sobre o assunto e até mesmo comprometer a precisão da avaliação.

Melhor explicando: se uma agência estabelece somente três graus de avaliação para o julgamento da fonte (Ex.: A - inteiramente idônea, B - parcialmente idônea e C - inidônea) e uma outra congênere estabelece seis graduações (exemplo: A - inteiramente idônea, B - normalmente idônea, C - regularmente idônea, D - normalmente inidônea, E - inidônea, F - a idoneidade não pode ser avaliada¹), ao menos duas constatações poderão surgir: 1) há uma lacuna de interpretação entre os dois métodos; 2) a avaliação baseada no maior número de critérios terá a tendência de ser mais precisa do que aquela baseada em apenas três.

A título de ilustração, cite-se o código de avaliação preconizado no Manual Técnico de Produção do Conhecimento do Exército Brasileiro. A contrário da DNISP, a doutrina de Inteligência militar preocupou-se em estabelecer o código de avaliação e, conseqüentemente, promovendo a padronização da avaliação, consoante retratado na Tabela 6:

Tabela 6 - Resultado da Avaliação do Dado.

Julgamento da Fonte	Julgamento do Conteúdo
A – Inteiramente idônea	1 – Confirmado por outras fontes
B – Normalmente idônea	2 – Provavelmente verdadeiro
C – Regularmente idônea	3 – Possivelmente verdadeiro
D – Normalmente inidônea	4 – Duvidoso
E - Inidônea	5- Improvável
F – A idoneidade não pode ser avaliada	6 – A veracidade não pode ser avaliada

Fonte: BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, 2019, p. 2-19.

Observa-se que o Exército adotou a escala de avaliação baseada em seis graduações. À primeira vista poderia se pensar que a adoção de critérios mais detalhados poderia conferir maior precisão na avaliação e diminuir a possibilidade de julgamentos subjetivos por parte do avaliador. E se os critérios forem universalmente aceitos, a probabilidade de ocorrerem distorções na avaliação será conseqüentemente menor. Todavia, é uma abordagem de eficiência discutível. O lado ruim é que a interpretação poderá se tornar mais complexa pelo avaliador, dificultando a avaliação.

1 Esse é o código de avaliação de dados adotado pelo Exército Brasileiro no seu manual de Produção do Conhecimento de Inteligência. Embora o documento se refira especificamente de Inteligência de Segurança Pública, o método pode ser perfeitamente aproveitado para ilustrar o problema. Fonte: BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, 2019, p. 2-20

A ausência de padronização no código de avaliação poderá vislumbrar algumas situações hipotéticas: por exemplo, duas AI's utilizam a mesma fonte sem que haja ciência entre elas. Baseado em apenas três critérios de avaliação, o avaliador da primeira AI classifica a fonte como “parcialmente idônea”. Já o avaliador da segunda AI julga a fonte como “normalmente inidônea” baseado em critérios mais detalhados. Pode-se dizer que em ambos os casos o resultado da classificação foi de idoneidade intermediária. Porém, há a sensação de que as avaliações foram destoantes em razão da superficialidade dos critérios de avaliação da primeira AI. O mesmo raciocínio poderá ser adotado na avaliação do conteúdo do dado.

Sendo assim, seria de grande valia se a DNISP tivesse padronizado o código de avaliação para ser aplicado pelas AI's. Mas não só isso, os critérios de avaliação deverão ser concebidos tendo em mente o contexto dos objetivos da Atividade de Inteligência de Segurança Pública e a realidade de trabalho dos profissionais atuantes nessa área.

3.5.4 A TAD e os tipos de conhecimento de Inteligência

Há quatro tipos básicos de conhecimentos de Inteligência consagrados pela doutrina e que atendem as necessidades dos usuários finais: Informe, Informação, Apreciação e Estimativa. A DNISP estabelece uma diferenciação dos tipos de conhecimentos produzidos pelo profissional de Inteligência considerando os seguintes fatores:

- a) diferentes estados da mente humana perante a verdade;
- b) diferentes graus de complexidade do trabalho intelectual necessário à produção do conhecimento;
- c) o fato de referir-se a fatos do passado e/ou presentes ou a necessidade de se elaborar trabalhos voltados para o futuro.

A relação entre a TAD e os tipos de conhecimentos de Inteligência reside no fato de que os conhecimentos são produzidos conforme o grau de credibilidade resultante da avaliação dos dados. O resultado da TAD induz a um determinado estado da mente do analista que, por sua vez, compatibiliza-se com o tipo de conhecimento a ser produzido. Exemplo: se o dado for avaliado no mais alto grau de credibilidade, ele poderá ser utilizado para se produzir o conhecimento do tipo Informação (expressão da certeza). Caso contrário, se não obtiver esse nível de credibilidade, só poderá ser utilizado em outro tipo de conhecimento.

O conhecimento **Informe** é aquele que se refere a fatos ou situações pretéritas ou presentes e é resultante da formulação de um juízo que expressa o estado de certeza, opinião ou

de dúvida frente a verdade. Consiste na percepção de uma situação ou fato percebido, apreendido e avaliado, por meio do domínio de uma metodologia própria (MPC).

Para a elaboração do Informe é necessária habilitação para a Técnica de Avaliação de Dados haja vista que este conhecimento expressa a gradação do estado mental do analista frente a verdade, alcançado pela avaliação da idoneidade da fonte e da veracidade do conteúdo.

O conhecimento tipo **Informação** é resultante do raciocínio elaborado que expressa o estado de certeza do analista perante a verdade, sobre fato ou situação pretérita e/ou presente. É fruto do raciocínio, uma operação intelectual mais apurada.

Do mesmo modo exige o domínio da metodologia de produção do conhecimento e da Técnica de Avaliação de Dados. Contudo, nesse tipo de conhecimento não é admitida a gradação do estado da mente em relação a verdade, pois somente são utilizados dados com o mais alto grau de credibilidade (expressam a certeza).

Por sua vez, a **Apreciação** representa o conhecimento que expressa o estado de opinião frente a verdade referente a fato ou situação passado e/ou presente. Admite-se, porém, pequena projeção do provável desenvolvimento do fato para um futuro próximo. Note-se que, enquanto o conhecimento Informação reflete a certeza sobre algo, a Apreciação é baseada no estado de opinião do analista sobre determinado fato ou situação.

Ao elaborar a Apreciação, o analista faz uso do seu quadro de referências, composto por todos os dados disponíveis, inclusive Informes e Informações anteriormente elaborados. Como se trata de um juízo de opinião estruturada do analista, ele irá trabalhar com Informes de elevada credibilidade (classificados como A2, por exemplo - a fonte é inteiramente idônea e o conteúdo é provavelmente verdadeiro, mas ainda não confirmado por outras fontes).² Na Apreciação o profissional analisa o dado em relação ao todo, ao contexto geral do problema. Por esse motivo é que no conhecimento Apreciação a experiência e percepção do analista exercem papel relevante.

Já o conhecimento **Estimativa** reflete o estado de opinião sobre a evolução futura de um fato ou situação empregando técnicas complexas e específicas para elaborar projeções a longo prazo. Como a Estimativa lida com probabilidades para projetar cenários prospectivos futuros, o estado da mente do analista perante a verdade é o de opinião. Para subsidiar a construção dos cenários, são utilizados conhecimentos dos tipos Informe, Informação e Apreciação nas fases intermediárias da análise. Tais conhecimentos já foram previamente elaborados aplicando-se a TAD.

² Hipoteticamente imaginando que o código de avaliação adotado tenha estes critérios.

Observa-se enfim que a TAD é empregada em todos os tipos de conhecimento de Inteligência, seja direta (Informe e Informação) ou indiretamente (Apreciação e Estimativa), uma vez que estes dois últimos conhecimentos de Inteligência utilizam o Informe e a Informação na sua elaboração.

3.5.5 Necessidade e deficiências

Partindo do pressuposto que o dado é a matéria-prima do conhecimento de Inteligência, é inegável que a aplicação da TAD com o objetivo de verificar a credibilidade do dado impactará a qualidade do resultado da análise. A conclusão resultante é que se o dado é de alta credibilidade, certamente o conhecimento produzido será mais confiável e possivelmente útil ao destinatário final. Afinal, é o que se espera de um órgão de Inteligência: que produza conhecimentos confiáveis, seguros, precisos e úteis. Portanto, a correta aplicação da TAD é item fundamental na tarefa de produção do conhecimento.

A TAD é expressão da análise estruturada. A existência da metodologia de produção de conhecimento na seara da Inteligência justifica-se pela necessidade inquestionável de se produzir conhecimento baseado no pensamento organizado e metódico. Dada a relevância da atividade e as implicações do uso de seus produtos, decorre-se que há pouco espaço para subjetivismos. A análise estruturada envolve processos que exteriorizam o pensamento do analista tornando-o evidente para os outros e permitindo que assim seja revisto, discutido e criticado. Exemplificando, é o que ocorre quando o avaliador expressa seu pensamento analítico classificando determinado dado com a aplicação da TAD. Enfim, o método norteia o trabalho.

Apesar dos pontos positivos consignados, deve-se pontuar que a forma como a DNISP abordou a TAD não é isenta de críticas.

O tema foi tratado com certa superficialidade, sem o merecido aprofundamento. Sintetizou o julgamento da credibilidade do dado em apenas três critérios para o julgamento da fonte e três para o conteúdo do dado. Talvez a intenção tenha sido justamente essa: lançar diretrizes para que as AI's aprimorem e detalhem a técnica de avaliação como for conveniente. Porém, se o propósito foi esse, a estratégia é de eficácia questionável. Conforme já dito, a falta de padronização prejudica a uniformidade de aplicação da TAD entre os diversos órgãos da ISP. E a deficiência de critérios prejudica a acurácia da avaliação e dá azo a julgamentos subjetivos na avaliação.

Ao contrário, o excesso de critérios pode inviabilizar a aplicação da técnica. Do mesmo modo, num cenário ideal, os critérios deveriam ser idealizados levando em consideração

as particularidades e realidade do contexto de trabalho da Segurança Pública. Outrossim, seria salutar a adoção de uma matriz de códigos de avaliação única a ser adotada por todas as AI's que compõem o sistema. A solução favoreceria a uniformidade da avaliação, surtindo efeitos também na credibilidade do intercâmbio de informações entre as AI's.

Outro ponto que merece reflexão é que, assim como outras doutrinas de Inteligência, aparentemente a DNISP direcionou os critérios de avaliação da fonte na TAD para serem aplicados somente em fontes humanas. Ora, é sabido que os dados podem ser obtidos de diversas origens. Além da fonte humana, há as fontes eletrônicas que provêm dados de telecomunicações, da telemática, imagens, fotografias, dados obtidos em dispositivos eletrônicos, etc. Há também os dados oriundos de fontes abertas, cujo maior exemplo é a *Internet*.

Portanto, são fontes heterogêneas, cada qual com suas peculiaridades, que produzem dados diferenciados. Assim, em tese caberia a estipulação de critérios de avaliação específicos para cada tipo de fonte e dado. A doutrina de Inteligência deveria evoluir nesse sentido.

4 O PARADOXO DA TAD

Embora a DNISP tenha estabelecido a Técnica de Avaliação de Dados como etapa obrigatória da metodologia de produção do conhecimento, tem se observado que sua importância é mitigada pelos órgãos de Inteligência. Nem sempre as agências aplicam a TAD na avaliação na produção do conhecimento, fato que pode comprometer a qualidade do produto final.

Partindo-se da premissa que os dados e/ou informações são os elementos fundamentais na produção do conhecimento, é imprescindível que certos aspectos sejam avaliados para que possam ser utilizados na etapa de processamento da MPC. Assim, além do exame das frações signitivas para se determinar o grau de pertinência do dado em relação aos aspectos essenciais que serão abordados na análise, a TAD deverá ser aplicada na avaliação da credibilidade do dado e idoneidade da fonte que o originou. É intuitivo concluir que a utilização de dados/conhecimentos não avaliados ou avaliados sem a devida técnica poderá contaminar a análise, resultando em conhecimento impreciso e desprovido de confiabilidade. Nesse sentido, considerando que conhecimentos de Inteligência poderão ser utilizados para subsidiar decisões no âmbito da Segurança Pública, a utilização de conhecimentos imprecisos ou de credibilidade duvidosa poderá trazer consequências desastrosas.

Acrescente-se que o conhecimento de Inteligência é fruto da análise estruturada, consubstanciada em metodologia própria. Uma vez que a TAD está explicitamente inserida nesse método, deve-se reconhecer sua relevância na contribuição do resultado final.

Entretanto, a observação das lides diárias nas Agências de ISP demonstram que nem sempre a técnica é utilizada na produção de conhecimento, ou seja, não há efetivamente um emprego consagrado da TAD pelos analistas.

Surge, portanto, um paradoxo: ao mesmo tempo que a TAD é evidentemente importante na elaboração do conhecimento de Inteligência, a técnica não é amplamente utilizada pelos profissionais.

Neste tópico serão apontadas e discutidas possíveis razões para a inaplicabilidade da TAD pelos órgãos de Inteligência da Segurança Pública. Trata-se de pesquisa meramente qualitativa (não quantitativa). O levantamento desses motivos foi baseado na percepção do autor obtida no ambiente profissional assim como em informações obtidas de analistas de Inteligência. Embora a pesquisa tenha caráter qualitativo, os pontos a seguir discutidos possivelmente refletem a opinião de muitos profissionais de Inteligência, dada a coerência da reflexão. Ressalte-se que o rol de motivos não é taxativo e não há a pretensão de esgotar o

assunto, pois outros pontos poderão ser levantados. São variáveis de um panorama mais complexo que reflete algumas deficiências comumente encontradas nas Agências de Inteligência.

4.1 AUSÊNCIA DE CAPACITAÇÃO ESPECÍFICA

A DNISP é clara ao preconizar que a avaliação de dados será realizada por profissional de Inteligência que tiver competência funcional e domínio da TAD. A capacitação profissional é requisito indispensável na atividade de Inteligência. Pela própria natureza da atividade, que é essencialmente velada e cujos métodos não são indiscriminadamente disseminados, é fundamental que agentes sejam devidamente capacitados. Independentemente do ramo da Inteligência, trata-se de uma atividade eminentemente técnica e, portanto, demanda aprendizado específico e direcionado. Nas palavras de Teixeira (2006, p. 39), por mais aptidão que a pessoa tenha para desempenhar determinada tarefa “[...] o trabalho de Inteligência necessita de longo processo de capacitação profissional, oferecido pelo próprio órgão, para que o analista seja considerado bom servidor e possa exercer suas atribuições com habilidade e destreza.” O mesmo autor reforça ainda que:

O profissional do futuro, e especificamente o da atividade de Inteligência, será (ou é) lapidado ao longo de um lento e árduo caminho, em que a capacitação oferecida está em sintonia com as demandas de uma sociedade cada vez mais complexa, dinâmica e imprevisível. O objetivo final da capacitação deve ser propiciar condições favoráveis para que o profissional de Inteligência tenha ferramentas suficientes para se adaptar às constantes mudanças e especificidades que o mundo globalizado impõe. (TEIXEIRA, 2006, p. 41-2)

Certamente, o conhecimento de Inteligência depende de um componente analítico qualificado para alcançar melhores resultados. “Os analistas de inteligência são a fonte desse componente analítico, portanto, é lógico supor que a qualidade dos produtos dos analistas terá um impacto no processo de inteligência.” (CARTER, 2014, p. 10-11). Produtos de Inteligência de qualidade influenciam tomadas de decisões dentro das organizações. Assim, a qualidade desses produtos depende diretamente da evolução profissional do analista e da cultura das organizações, quando a excelência do trabalho é prioridade.

Infelizmente, quando se fala em Inteligência de Segurança Pública, de modo geral ainda não há uma cultura preponderantemente favorável à atividade. Prioriza-se a atividade fim, seja ela a atividade policial de prevenção ou repressão à criminalidade, em detrimento da atividade de Inteligência. Ou ao invés disso, muitas vezes a atividade de Inteligência é

desempenhada quase de forma empírica, intuitiva, desprovida do melhor rigor técnico. Nesse sentido, o simples fato de rotular um documento como “relatório de Inteligência” não significa necessariamente que tal documento foi elaborado ao rigor da metodologia de produção de conhecimento. Entretanto, o tomador de decisão desconhece os meandros da produção do conhecimento. Na verdade, não se exige que o usuário final tenha ciência da forma pelo qual o conhecimento foi produzido, se foi empregada técnica ou se os dados/informações foram devidamente avaliados pelo analista ou avaliador no desempenho de seu mister. O usuário apenas confia na credibilidade do conteúdo do documento produzido pela AI e, quem sabe, decidirá baseado no que lhe foi apresentado. Diante disso, é fácil intuir as consequências temerárias que poderão surgir caso a decisão do gestor tenha sido baseada em produto de Inteligência que não tenha sido elaborado seguindo a melhor técnica, muitas vezes por falta de capacitação profissional adequada. Enfim, a falta de treinamento apropriado para os analistas aliada à relutância em reconhecê-los como profissionais necessários nas forças de segurança acaba por inibir a capacidade de se fornecer produtos de Inteligência influentes. (CARTER, 2014, p. 12 apud OSBORNE, 2006).

No tocante à aplicação da TAD, analistas relataram que não aplicam a técnica justamente por falta de conhecimento de como aplicá-la, devido à ausência de capacitação específica. Embora haja capacitação na área de Inteligência disponibilizados por vias governamentais, os cursos de análise/produção de conhecimento não abordam a TAD com o devido detalhamento. O assunto ainda é tratado de forma superficial, geralmente desacompanhado de atividades práticas, resultando num aprendizado pouco profundo sobre o tema. Outrossim, também há carência de cursos ou treinamentos específicos que abordem diferentes situações, fontes ou tipos de dados passíveis de avaliação.

4.2 INEXPERIÊNCIA PARA APLICAR A TÉCNICA

Vencida a barreira da ausência de capacitação, outro obstáculo percebido é a falta de experiência do analista para aplicar a TAD. Conhecer os conceitos teóricos que envolvem a técnica não leva automaticamente à conclusão que a avaliação será bem feita. Em um cenário em que não há a cultura de aplicar a TAD, a mudança repentina deste paradigma não conduzirá necessariamente a bons resultados instantâneos. Falta referências ao avaliador: a teoria deve estar acompanhada de trabalhos previamente realizados que servirão de parâmetro para as futuras avaliações. O contato do profissional com fontes/dados já avaliados, já passados pelo crivo de outro analista, favorece a compreensão da aplicação da técnica na prática. Outrossim,

estimula a sensibilidade e a percepção que, aliada à teoria sobre a técnica, possivelmente incrementará a qualidade da avaliação. Ou seja, embora recomendável que a avaliação seja realizada de forma mais objetiva possível, é impossível dissociar a percepção do analista sobre a fonte/dado, algo que se aprimora somente com o passar do tempo, adquirindo experiência trabalho após trabalho e demanda também certo grau de maturidade.

Ademais, a ausência de analistas *sênior*s na agência, profissionais dotados de expertise na aplicação da TAD, também contribui para que a técnica não seja aplicada. O analista novato de buscar aconselhar-se com os profissionais mais experientes, aqueles que já atuaram inúmeras situações e representam uma rica fonte de conhecimento construída com a experiência adquirida com o passar do tempo, um tipo de conhecimento que não é ensinado em manuais ou cursos. O profissional experiente poderá subsidiar o novato com dicas, com melhores práticas ou alertá-los com o objetivo de prevenir erros ou resultados inesperados. O compartilhamento de experiências no ambiente de análise é salutar e contribui para o nivelamento positivo do conhecimento dos analistas. Tal prática previne erros e contribui para a uniformidade do trabalho.

Porém, nem sempre as agências são dotadas de analistas experientes. Há casos em que agências ainda estão buscando a maturidade na atividade de Inteligência. Em contrapartida, outra questão relevante refere-se à remoção dos profissionais lotados nas agências. Tendo como enfoque as AI's no âmbito da Segurança Pública, comumente são policiais que atuam como profissionais de Inteligência. Por conta disso, geralmente não há garantia legal de inamovibilidade desse pessoal, ou seja, muitas vezes esses profissionais são removidos para outras unidades para desempenhar funções alheias à atividade de Inteligência, sem que haja critérios técnicos para tanto. Resultado: a equipe não mais contará com o analista ou avaliador experiente que era referência de atuação profissional para os colegas de função. Aquele conhecimento pessoal é perdido e um novo ciclo de aprendizado se inicia.

3.3 PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE

Preconiza-se que o conhecimento de Inteligência deve ser avaliado, útil, significativo e oportuno. O conhecimento será útil se atender aos fins a que se destina, se estiver de acordo com as necessidades do usuário final. Em contrapartida, será oportuno se for produzido em prazo que permita seu aproveitamento. O prazo se refere ao tempo que o tomador de decisão precisa para ser informado sobre determinado assunto ou situação. Se o conhecimento for produzido após esse prazo, pode ser que não tenha mais serventia, portanto

será inútil. Conhecimento produzido e não aproveitado resulta em desperdício de tempo e de recursos, os quais nem sempre são abundantes nas AI's. Desse modo, é de fundamental importância que o profissional de Inteligência cumpra seu dever no prazo estipulado.

Ocorre que, nem sempre há prazo razoável para atender as demandas. O dinamismo do dia-a-dia e a urgência de questões que exijam decisão célere do gestor obrigam as agências de Inteligência a produzirem conhecimento em prazos apertados. Alguns argumentam que esse imediatismo acarreta reflexos negativos, pois fatalmente alguma etapa da metodologia de produção do conhecimento será prejudicada. De acordo com esse raciocínio, para se produzir conhecimento em prazo exíguo, mas que seja útil e oportuno ao destinatário, muitas vezes a TAD não é aplicada com rigor técnico necessário.

Em contrapartida, outros pontuam com razão que o prazo curto não pode servir de justificativa para a inaplicabilidade da TAD, pois mesmo assim o trabalho deverá ser realizado conforme o tempo estipulado e com a qualidade que se espera. Aliás, o descumprimento do prazo pelo analista constitui erro grave a ser evitado. A TAD não pode ser encarada como medida acessória, pois uma vez inserida na metodologia de produção do conhecimento, é de aplicação obrigatória. Na verdade, nenhum aspecto da metodologia da produção do conhecimento deveria ser prejudicado somente pela urgência da demanda.

Todavia, se o prazo for realmente insuficiente, seria o caso de tentar negociar com o demandante a prorrogação do período. Há situações em que realmente não seria possível produzir o conhecimento no tempo estipulado e o bom senso deve prevalecer. Inúmeras variáveis podem estar presentes na atividade de Inteligência e nem todas estão sob controle do analista. Além disso, a complexidade da demanda também deverá ser levada em consideração, trabalhos mais complexos naturalmente exigem um tempo maior para serem produzidos.

De qualquer forma, o princípio da oportunidade enseja um dilema sempre presente na atividade de Inteligência. O que é mais aceitável: produzir o conhecimento oportuno, mas com de credibilidade questionável ou simplesmente deixar de produzi-lo em razão do prazo insuficiente? Tanto o conhecimento impreciso, de qualidade duvidosa quanto a ausência dele podem trazer consequências desastrosas. É permissível que o conhecimento produzido seja baseado em fontes/dados não avaliados? O conhecimento inservível se equipara à ausência de conhecimento? Qual opção adotar?

Cremos que o papel da atividade de Inteligência é produzir conteúdo útil, preciso, seguro e revestido de credibilidade para usuário final esse motivo. Caso contrário, ela não estará servindo para a função a que se destina. De qualquer forma, é preciso ter cautela com radicalismos. Cada caso é único e haverá situações em que será preferível produzir o

conhecimento, porém ressaltando ao usuário as deficiências enfrentadas ou imprecisões constatadas. Os formalismos também não devem prevalecer em relação ao conteúdo. Excepcionalmente, admite-se a difusão do conhecimento de modo informal, prescindindo-se de documento formal e escrito. Entretanto, mesmo nesses casos, não se deve abrir mão da boa técnica na produção do conhecimento.

4.4 EFETIVO INSUFICIENTE DE PROFISSIONAIS DE INTELIGÊNCIA

A realidade da maioria das agências de Inteligência das forças de segurança ainda está longe do ideal e não reflete o cenário que deveria ser esperado pela relevância da atividade. Há deficiências e os motivos são variados: falta de conscientização por parte dos gestores de que a atividade de Inteligência agrega valor estratégico e é fator diferencial na Segurança Pública, ausência de investimentos na área, capacitação deficitária e assim por diante. Dentre as deficiências, é possível citar o efetivo insuficiente de profissionais mobilizados para trabalhar exclusivamente na atividade. Consequentemente, há AI's desprovidas do efetivo mínimo de pessoal que seria o recomendável para o desempenho das atividades. Como resultado, profissionais acabam acumulando funções, desempenhando tarefas que deveriam ser realizadas de forma especializada.

Argumenta-se que essa deficiência pode comprometer a aplicação da TAD, uma vez que haverá situações em que o mesmo profissional que foi responsável por obter os dados terá que avaliá-los e analisá-los com o objetivo de elaborar o produto de Inteligência.

A DNISP não exige que o dado seja obrigatoriamente avaliado pelo analista, pelo contrário, estabelece que a avaliação será realizada na AI que primeiro o recebe, por um profissional de Inteligência que possuir o domínio da técnica e competência funcional para tanto. Desse modo, implicitamente sugeriu que o analista poderia estar dispensado desse encargo, o que seria recomendável.

Quando as tarefas de avaliação e análise dos dados são desempenhadas por pessoas distintas o distanciamento do analista em relação à fonte é preservado, contribuindo para que o trabalho seja realizado com maior isenção e imparcialidade. Ao contrário, a proximidade contumaz do analista com a fonte poderá contaminar a avaliação com julgamentos subjetivos. Por exemplo, hipoteticamente imagine-se que o analista reiteradamente obtenha dados de determinada fonte humana, a ponto de surgir um vínculo de amizade entre eles. Certo dia, a

confiabilidade da sua fonte é comprometida por um motivo qualquer e isso poderá passar despercebido ou até mesmo omitido pelo analista em razão da proximidade entre ambos.

Ademais, se as tarefas de obtenção, avaliação e análise dos dados são realizadas pelo mesmo profissional corre-se o risco de que a TAD seja aplicada sem o devido rigor técnico, na informalidade, diante da quantidade de atividades desempenhadas.

Segundo informações obtidas junto à analistas de Inteligência, é muito melhor quando o dado e a respectiva fonte já tenham sido previamente avaliados por outro profissional. Essa prática favorece a impessoalidade e o analista poderá concentrar-se somente na análise propriamente dita.

4.5 INEXISTÊNCIA DE BANCOS DE DADOS ADEQUADOS

É inegável que os recursos tecnológicos estão presentes para facilitar a vida das pessoas e tornar o trabalho mais produtivo e eficiente. Hoje em dia, não há como conceber a atividade de Inteligência sem o auxílio dos sistemas informatizados. Softwares para viabilizar a pesquisa e obtenção de dados, para realizar análise de vínculos, cruzamentos de informações, cálculos estatísticos, etc., são exemplos de ferramentas que podem estar disponíveis ao profissional no desempenho das tarefas.

Diante do significativo volume de dados que são produzidos e consumidos, é de fundamental importância que as AI's tenham disponíveis banco de dados informatizados para o armazenamento e recuperação dessas informações. A gestão de informações em uma AI transita pelas medidas de gerenciamento e salvaguarda dos dados, mas também pela modelagem adequada dos bancos de dados a fim de propiciar o armazenamento e consulta eficientes das informações. Afinal, de pouco adianta um banco de dados robusto e com volumetria suficiente, se as informações armazenadas não puderem ser recuperadas a contento, sem agregar valor ao trabalho.

Um dos anseios dos analistas é a existência de banco de dados específicos que armazenem dados ou documentos já classificados sob o crivo da TAD. Um repositório desta natureza seria de grande utilidade. Documentos, fontes ou dados já avaliados e classificados em outras ocasiões poderiam servir de parâmetros para avaliações futuras. A ideia é especialmente útil para os novatos, ainda na fase de aprendizado e assimilação da técnica, pois constitui fonte de consulta de trabalhos concluídos auxiliando na comparação com avaliações já realizadas.

Desse modo, a utilização de recursos tecnológicos adequados poderia contribuir para o aprimoramento da aplicação da TAD.

4.6 VOLUME DE TRABALHO

Outro argumento utilizado para não se aplicar a TAD é o volume de trabalho. Aqui o problema pode ser analisado sob dois aspectos: a grande quantidade de demandas presentes na AI, assim como as hipóteses onde os profissionais de Inteligência acumulam diversas funções ou tarefas.

De qualquer forma, argumenta-se que quando o volume de trabalho é expressivo e há prazos a cumprir, torna-se cada vez mais difícil debruçar-se meticulosamente nas etapas da produção do conhecimento e, não raro, a TAD será sacrificada. Fatalmente, alguns assuntos serão priorizados, alguns dados terão preferência em detrimento de outros ou determinada fonte será utilizada simplesmente pelo motivo de ser o caminho mais fácil para obtenção da informação. Note-se que não são escolhas motivadas pela qualidade e sim por serem mais cômodas, fáceis ou rápidas. Quando a pressão no trabalho aumenta, a tentação em adotar atalhos de eficácia duvidosa, que nem sempre conduzem à produção de conhecimento de forma estruturada e segura, também aumenta proporcionalmente. Neste caso, o analista seduzido pelos caminhos menos tortuosos acaba por assumir um risco desnecessário, pois comprometerá a qualidade do produto final.

Utilizar o excesso de trabalho como justificativa para a inaplicabilidade da TAD é argumento cômodo e não deve prevalecer. Outros asseveram que o volume de demandas na AI não deveria ser fator impeditivo para a aplicação da TAD, pois se a técnica está presente na metodologia de produção de conhecimento como etapa necessária do trabalho, ela deverá ser aplicada, sem justificativas para o contrário. Se o profissional não conseguir aplicar toda a metodologia e cumprir sua tarefa é porque algo no processo está inadequado e deverá ser revisto: ou há excesso de trabalho direcionado ao analista ou o prazo é insuficiente para que a solicitação seja atendida satisfatoriamente. Em ambos os casos cabe a atuação do diretor da AI no intuito de rever a distribuição de trabalho aos analistas, negociar prazos razoáveis para a consecução do trabalho ou até mesmo pleitear aos superiores melhorias no efetivo da agência. Mas fatalmente haverá situações em que os dilemas da atividade de Inteligência retornarão: optar por atender todas as demandas de forma superficial ou priorizar aquelas que exijam maior aprofundamento? A questão é polêmica e pode dividir opiniões. Resta claro que não se deve comprometer a qualidade do resultado por causa da alta demanda de trabalho.

4.7 FALTA DE CONSCIÊNCIA OU CONFIANÇA NA APLICAÇÃO DA TAD

Um dos fatores que motiva qualquer profissional a adotar determinada metodologia de trabalho é a crença na eficiência do método. O profissional que prima pelo rigor técnico tem consciência que a metodologia, se qual for, poderá influenciar na qualidade final do seu trabalho. Até porque se o método já foi estudado e previamente testado por outras pessoas com resultados positivos, se já foi avaliado, ponderado e aplicado na prática, então é justificável aplicá-lo. O método conduz ao conhecimento estruturado que refletirá na qualidade e credibilidade do produto final.

Infelizmente, alguns profissionais de Inteligência observam que ainda há falta de consciência acerca da importância da aplicação da TAD. Quando aplicam a técnica, o fazem porque a chefia assim determinou e não porque estão cientes de sua necessidade e importância. Se o avaliador não estiver convicto da relevância da técnica, fatalmente ela não será aplicada com o devido esmero.

Cenário pior se desenha quando o profissional encara a TAD apenas como um ônus adicional para o trabalho, ou seja, mais uma tarefa a realizar dentre outras tantas que já efetua. Quando se chega a esse ponto, é aconselhável que o profissional pare e reflita sobre seu papel na AI e o impacto que sua postura poderá ocasionar aos trabalhos.

Se a TAD é parte integrante do processo, deverá ser aplicada. Alguns acrescentam que os profissionais que conhecem devidamente a TAD sabem que a técnica é importante, haja vista que dados e fontes avaliados são fundamentais para a elaboração da análise.

4.8 FALTA DE CULTURA DE UTILIZAÇÃO DA TAD

A questão da ausência de cultura de aplicação da TAD implicitamente resume os demais motivos até aqui expostos. Sob o enfoque mais amplo, a cultura organizacional reflete o conjunto de crenças, valores, convicções, posturas que confere identidade à organização. É válido dizer que a cultura organizacional reflete a forma de agir, pensar, perceber e sentir dos colaboradores, sedimentada ao longo dos anos.

Falar de cultura na atividade de Inteligência é um assunto um tanto polêmico. Infelizmente, muitos ainda consideram a atividade de Inteligência desnecessária, de caráter acessório e cujos resultados são pouco perceptíveis. Na área da Segurança Pública, ainda há aqueles que insistem em nutrir uma visão pejorativa da atividade: policiais que atuam na atividade de Inteligência são até considerados “espiões” pelos colegas de profissão pois,

segundo alguns, trabalham para “monitorar” os companheiros. É uma visão extremamente distorcida e equivocada, que não reflete a essência do trabalho de Inteligência.

Falar de falta cultura de aplicação da TAD leva-se a refletir sobre as convicções, posturas, pensamentos dos integrantes da Agência de Inteligência. Se a TAD não é aplicada a contento é porque ainda persistem fatores que contribuem para isso. Dentre os motivos já expostos, é possível pontuar fatores intrínsecos, como falta de convicção dos usuários acerca da necessidade da técnica, desconfiança no método ou falta de comprometimento com o trabalho. Por outro lado, os aspectos extrínsecos como capacitação deficiente, excesso de trabalho ou efetivo insuficiente são fatores externos ao profissional que também contribuem para esse quadro. Os aspectos se misturam e acabam delineando essa ausência de cultura na AI.

De qualquer forma, não se muda a cultura de uma organização do dia para a noite. É uma mudança de paradigma que paulatinamente deverá ser construída mediante ações direcionadas. Capacitação adequada, troca de experiências, adoção de recursos tecnológicos para auxiliar nas tarefas, direcionamentos por parte do gestor da AI, adoção de mecanismos de controle da qualidade do trabalho, dentre outras medidas, contribuirão para aumentar no ambiente de trabalho a convicção sobre a importância do método. A mudança de cultura começará a acontecer quando o profissional perceber que a qualidade do resultado do trabalho poderá fazer a diferença positiva na realidade que o cerca.

5 SOFTWARE DE APOIO À TAD

Sistemas de informação estão por toda parte. Eles são desenvolvidos com o propósito de tornar nossa vida mais fácil, simples e eficiente. O emprego de *softwares* no ambiente de trabalho traz múltiplos benefícios: gerenciar informações, simplificar tarefas, aumentar a produtividade ou tornar os resultados mais precisos e confiáveis. Desde os conhecidos editores de textos, planilhas de cálculos, *browsers* para “navegação” na *Internet* até programas mais complexos podem ser empregados no dia-a-dia. A atividade de Inteligência é um ambiente fértil para a utilização de ferramentas de suporte à análise: bancos de dados, softwares de análise de vínculos, de estatísticas, planilhas de cálculos, dentre outros podem e devem ser utilizados pelo analista de Inteligência para auxiliá-lo no trabalho.

Pensando nisso e no intuito de estimular a aplicação da TAD pela equipe de análise e simplificar a tarefa de avaliação de dados, foi desenvolvido pelo autor, sob orientação da direção da Agência de Inteligência da Polícia Civil do Paraná, o software denominado “TAD Fácil”. A ideia é simples: o software apresenta ao usuário assertivas objetivas que intrinsecamente expressam correlação com os critérios de avaliação da idoneidade da fonte e veracidade do conteúdo. A concepção de avaliação é baseada no que é estipulado pela DNISP, mas com as adaptações pertinentes. Ao utilizar o programa, o usuário seleciona uma opção que achar apropriada para avaliar a fonte e outra opção para avaliar o conteúdo. O *software* “traduz” as opções escolhidas e apresenta o resultado da avaliação com o respectivo código de classificação. O objetivo é facilitar a interpretação do avaliador e desonerá-lo da tarefa de correlacionar o resultado da avaliação ao código de classificação. Para cada aspecto a avaliar, isto é, idoneidade da fonte e veracidade do conteúdo, foram utilizadas cinco gradações de critérios. Abaixo a tela principal do programa, sendo possível observar as assertivas que deverão ser selecionadas pelo usuário, de acordo com a avaliação realizada:

Figura 1 - Tela inicial do programa.

TAD Fácil

Arquivo Tabela Ajuda

Marque as opções para avaliar o dado:

Idoneidade da fonte

- ☐ A fonte sempre atendeu positivamente aos parâmetros considerados.
- ☐ A fonte deixou de atender a um ou mais dos parâmetros da avaliação em algumas oportunidades.
- ☐ A fonte deixou de atender aos parâmetros considerados na maioria das oportunidades.
- ☐ A fonte nunca atendeu aos parâmetros considerados.
- ☐ A fonte era desconhecida até o momento ou ainda não existem dados suficientes para sua avaliação.

Veracidade do conteúdo

- ☐ O conteúdo foi confirmado por outras fontes. É coerente e compatível.
- ☐ Embora coerente e compatível, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes.
- ☐ Embora coerente, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes e é relativamente compatível com o que já se conhece sobre o fato.
- ☐ Embora coerente, o conteúdo não é compatível e não foi confirmado por outras fontes.
- ☐ O conteúdo não foi confirmado por outras fontes. Não é compatível e não é coerente.

Classificação:

Fonte: o autor.

O usuário seleciona um critério de avaliação para a fonte e outro referente à veracidade do conteúdo. O resultado da avaliação é apresentado na área inferior:

Figura 2 - Avaliação efetuada conforme os critérios selecionados.

Marque as opções para avaliar o dado:

Idoneidade da fonte

- ☒ A fonte sempre atendeu positivamente aos parâmetros considerados.
- ☐ A fonte deixou de atender a um ou mais dos parâmetros da avaliação em algumas oportunidades.
- ☐ A fonte deixou de atender aos parâmetros considerados na maioria das oportunidades.
- ☐ A fonte nunca atendeu aos parâmetros considerados.
- ☐ A fonte era desconhecida até o momento ou ainda não existem dados suficientes para sua avaliação.

Veracidade do conteúdo

- ☒ O conteúdo foi confirmado por outras fontes. É coerente e compatível.
- ☐ Embora coerente e compatível, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes.
- ☐ Embora coerente, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes e é relativamente compatível com o que já se conhece sobre o fato.
- ☐ Embora coerente, o conteúdo não é compatível e não foi confirmado por outras fontes.
- ☐ O conteúdo não foi confirmado por outras fontes. Não é compatível e não é coerente.

Classificação:

A1

FONTE IDÔNEA

E CONTEÚDO CONFIRMADO POR OUTRAS FONTES

Fonte: o autor.

Para facilitar o entendimento foi adotado um esquema de cores para auxiliar na diferenciação dos graus de veracidade e idoneidade:

Figura 3 - Cor adotada para resultado intermediário da avaliação.

Marque as opções para avaliar o dado:

Idoneidade da fonte

A fonte sempre atendeu positivamente aos parâmetros considerados. ☐

A fonte deixou de atender a um ou mais dos parâmetros da avaliação em algumas oportunidades. ☒

A fonte deixou de atender aos parâmetros considerados na maioria das oportunidades. ☐

A fonte nunca atendeu aos parâmetros considerados. ☐

A fonte era desconhecida até o momento ou ainda não existem dados suficientes para sua avaliação. ☐

Veracidade do conteúdo

O conteúdo foi confirmado por outras fontes. É coerente e compatível. ☐

Embora coerente e compatível, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes. ☒

Embora coerente, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes e é relativamente compatível com o que já se conhece sobre o fato. ☐

Embora coerente, o conteúdo não é compatível e não foi confirmado por outras fontes. ☐

O conteúdo não foi confirmado por outras fontes. Não é compatível e não é coerente. ☐

Classificação:

B2 **FONTE NORMALMENTE IDÔNEA
E CONTEÚDO PROVAVELMENTE VERDADEIRO**

Fonte: autor.

Figura 4 - Cor vermelha destacando o resultado insatisfatório da avaliação.

Marque as opções para avaliar o dado:

Idoneidade da fonte

A fonte sempre atendeu positivamente aos parâmetros considerados. ☐

A fonte deixou de atender a um ou mais dos parâmetros da avaliação em algumas oportunidades. ☐

A fonte deixou de atender aos parâmetros considerados na maioria das oportunidades. ☐

A fonte nunca atendeu aos parâmetros considerados. ☐

A fonte era desconhecida até o momento ou ainda não existem dados suficientes para sua avaliação. ☒

Veracidade do conteúdo

O conteúdo foi confirmado por outras fontes. É coerente e compatível. ☐

Embora coerente e compatível, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes. ☐

Embora coerente, o conteúdo não foi confirmado por outras fontes e é relativamente compatível com o que já se conhece sobre o fato. ☐

Embora coerente, o conteúdo não é compatível e não foi confirmado por outras fontes. ☐

O conteúdo não foi confirmado por outras fontes. Não é compatível e não é coerente. ☒

Classificação:

E5 **FONTE NÃO AVALIADA
E CONTEÚDO NÃO AVALIADO**

Fonte: o autor.

A atividade de Inteligência é um campo propício para a implantação de soluções tecnológicas. Bancos de dados, softwares de análise de vínculos, ferramentas de estatística, planilhas eletrônicas, etc., são alguns exemplos de sistemas que podem servir de suporte à análise. No cenário atual em que o volume de dados é expressivo, a utilização de ferramentas que possam facilitar a execução de tarefas torna o trabalho mais produtivo e menos suscetível a erros.

O *software* acima exposto exemplificou que ferramentas também podem ser desenvolvidas e utilizadas para auxiliar a aplicação da TAD, facilitando o trabalho do avaliador. Ressalta-se que não se trata de ideia perfeita e acabada, pois todo *software* deve estar em constante evolução e passível de ajustes de acordo com as necessidades e critérios estabelecidos pelo usuário. Ademais, um estudo amplo sobre o aperfeiçoamento da TAD e sistemas de apoio deve levar em consideração os diferentes tipos de dados e fontes existentes, ajustando-se os critérios de avaliação segundo a natureza de cada um.

Contudo, é importante salientar que, em qualquer área, a adoção de tecnologias favorece a uniformização de métodos e resultados. Infelizmente, a estruturação da TAD na Inteligência de Segurança Pública ainda carece de padronização. Seria de grande valia que a DNISP padronizasse alguns aspectos da TAD para serem observados por todas as AISP's, sobretudo o código de avaliação. Isso viabilizaria o desenvolvimento de sistemas de suporte à avaliação que poderiam ser utilizados por diversas AI's. O resultado seria benéfico, pois a metodologia da TAD seria aplicada uniformemente e as avaliações seriam mais precisas, minimizando os erros.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho procurou expor aspectos relevantes relacionados à Técnica de Avaliação de Dados no contexto da produção do conhecimento de Inteligência. Inicialmente foram expostas as bases teóricas relativas ao tema, transitando-se por abordagens filosóficas relativas à concepção do pensamento e à construção do conhecimento humano. Na sequência foi exposta a essência da metodologia de produção do conhecimento, argumentando-se sobre a influência da qualidade da informação no conhecimento de Inteligência. Os elementos estruturantes da TAD também foram estudados. Em contrapartida, em tom crítico, também foram discutidos prováveis motivos para sua inaplicabilidade na prática. Na medida do possível foram identificadas pontos críticos que refletem a realidade de grande parte das Agências de Inteligência no âmbito da Segurança Pública.

Foi visto que o dado é a unidade elementar de conteúdo e matéria-prima da produção de conhecimento de Inteligência. O conjunto de dados contextualizados, metodologicamente processados e submetidos a técnicas estruturadas compõe a informação, unidade de conhecimento com significado e conteúdo semântico. Se o dado/informação constrói o conhecimento, é de primordial importância que ele seja submetido a um processo de avaliação. Na metodologia de produção de conhecimento, a TAD é a técnica que avalia a credibilidade do dado e a idoneidade da fonte de onde ele proveio.

Foi relatada a metodologia de produção do conhecimento estabelecida pela DNISP restando claro que o conhecimento de Inteligência é fruto da análise estruturada, baseada em etapas ordenadas e previamente estabelecidas. A TAD está inserida nesse contexto como técnica a ser obrigatoriamente empregada na etapa de processamento do dado/informação.

Conclui-se que a aplicação da técnica é de especial relevância, uma vez que a utilização de dados e/ou informações não avaliadas ou avaliados em desconformidade com a técnica poderá prejudicar a fase de análise e influenciar negativamente na qualidade do conhecimento produzido. A Atividade de Inteligência de Segurança Pública lida com questões complexas e de interesse público, razão pela qual a utilização de conhecimentos imprecisos de Inteligência, elaborados com informações desprovidas de credibilidade ou de fontes de idoneidade duvidosa, poderá acarretar consequências bastante negativas.

O trabalho também analisou o tratamento dado à TAD pela DNISP. Muito embora a TAD esteja expressamente estabelecida como técnica de avaliação da MPC, restou claro que a doutrina não tratou o assunto com o merecido aprofundamento. Faltou propor vertentes

específicas de avaliação aplicáveis a diferentes tipos de dados e fontes, assim como estruturar a TAD levando-se em conta as peculiaridades e escopo de atuação da Segurança Pública. A doutrina nem ao menos estabeleceu um código de avaliação padronizado, iniciativa que viabilizaria a aplicação uniforme da TAD em todas as AI's que compõem o Sistema de Inteligência de Segurança Pública.

Essa relação paradoxal entre a relevância da TAD *versus* a superficialidade do tratamento a ela dispensado é refletida no cotidiano das AI's. O trabalho apontou e discutiu alguns possíveis motivos que ensejam a inaplicabilidade da TAD pelos profissionais de Inteligência. A conclusão que se chegou é que, embora reconhecidamente importante para conferir confiabilidade ao trabalho, ainda há falta de cultura por parte dos profissionais em aplicar a técnica. Lamentavelmente, a técnica é colocada em segundo plano e sua inaplicabilidade é justificada com argumentos de plausibilidade discutível.

Por derradeiro, foi relatado que a atividade de Inteligência pode beneficiar-se de soluções tecnológicas. Nesse sentido, foi apresentado um *software* desenvolvido para auxiliar a aplicação da TAD, concluindo-se que soluções podem ser desenvolvidas para estimular e padronizar a utilização da técnica e facilitar o trabalho do avaliador. Trata-se de uma semente para incentivar o desenvolvimento de ideias futuras. Outras funcionalidades poderiam ser previstas caso houvesse o aprimoramento da TAD pela DNISP, como a ampliação da técnicas com critérios específicos para diferentes tipos de dados e fontes.

Por todo o exposto, é indubitável que a TAD é etapa crucial na metodologia de produção do conhecimento e sua correta aplicação pode influenciar diretamente na qualidade e confiabilidade do produto de Inteligência. Mas apesar disso, nem sempre é dada a ela a devida relevância pelos órgãos de Inteligência, sendo que alguns dos prováveis motivos foram discutidos neste trabalho.

A Inteligência de Segurança Pública está em processo de evolução, em busca da maturidade, mas merece reflexão por suas deficiências. A DNISP ainda necessita de aprimoramentos no sentido de aprofundar o estudo da técnica, estabelecer padronização no resultado da avaliação e vislumbrar a possibilidade de aplicá-la em diferentes tipos de fontes e conteúdos. Outros critérios de avaliação poderão ser estudados no futuro, adequados às peculiaridades dos diferentes tipos de dados que estão presentes no cotidiano. Mesmo assim, a DNISP tem valor inquestionável, é o instrumento que se tem disponível na atualidade para nortear a AISP e já representa enorme evolução diante da realidade que se apresentava no passado. Cabe às AI's ao menos cumprir os preceitos que a doutrina estabelece e isso já

representaria enorme salto de qualidade na Atividade de Inteligência de Segurança Pública do país.

Portanto, ao abordar a TAD como aspecto relevante da produção do conhecimento, mas sem abrir mão do tom crítico, o trabalho abriu portas para reflexões futuras, para a proposição de melhorias e inovações que poderão contribuir para o aprimoramento da Atividade de Inteligência de Segurança Pública.

REFERÊNCIAS

AROUCK, Osmar. **Atributos de qualidade da informação**. 2011. 117 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, Faculdade de Ciência da Informação, Brasília, 2011.

BRASIL. Exército. Comando de Operações Terrestres. **Produção do Conhecimento de Inteligência**. Brasília, 2019.

_____. Presidência da República. Ministério da Justiça. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública – DNISP**. 4. ed. Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2014. 146 p.

BURGESS, M S e; A GRAY, W; FIDDIAN, N J. Quality measures and the information consumer. In: NINTH INTERNATIONAL CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY (ICIQ-04), 9., 2004, Cambridge. **Proceedings...** . Cambridge: MIT, 2004. p. 373 – 388.

CARTER, Jeremy G. **Intelligence Analysis within U.S. Law Enforcement Agencies: Empirical Insights from a National Sample**. 2014. Disponível em: <https://scholarworks.iupui.edu/bitstream/handle/1805/5090/Carter_2014_JIA.pdf?sequence=1>. Acesso em: 02 set. 2018.

CARVALHO, Aurora Tomazini de. **Teoria Geral do Direito: o Construtivismo Lógico-Semântico**. 2009. 623 f. Tese (Doutorado) - Curso de Direito, Pontífice Universidade Católica, São Paulo, 2009.

CAYGILL, Howard. **Dicionário Kant**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 353 p.

CORKILL, Jeffrey D. et al. Attributes of an analyst: What we can learn from the intelligence analysts job description. In: AUSTRALIAN SECURITY AND INTELLIGENCE CONFERENCE, 8., 2015, Perth. **Proceedings...** .Perth: Edith Cowan University Joondalup Campus, 2015. p. 36 – 42.

DIDIO, Lucie. **Leitura e produção de textos**. São Paulo: Atlas, 2017. 440 p.

FELIX, Jorge Armando. **Afinal, o que faz a Abin?** 2005. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1408200509.htm>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

GANTZ, John; REINSEL, David. **Extracting Value from Chaos**. 2011. Disponível em: <<https://www.emc.com/collateral/analyst-reports/idc-extracting-value-from-chaos-ar.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2019.

HESSEN, Johannes. **Teoria do Conhecimento**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 116 p.

HEUER JUNIOR, Richards J. **Psychology of Intelligence Analysis**. [s.l.]: Center Of The Study Of Intelligence, 1999. 184 p.

JOSEPH, John; CORKILL, Jeff. Information Evaluation: how one group of intelligence analysts go about the task. In: 4TH AUSTRALIAN SECURITY AND INTELLIGENCE

CONFERENCE, 4., 2011, Perth, Western Australia. **Proceedings...** . Perth, Western Australia: Edith Cowan University, 2011. p. 97 – 103.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. 270 p.

MARSHALL, Leandro. O hiper-infinito. **Revista Rizoma**, Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p.8-17, dez. 2014.

MOORE, David T. **Critical Thinking and Intelligence Analysis**. 2. ed. Washington: National Defense Intelligence College, 2007. 134 p.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2006. 120 p.

MORTARI, Cezar A. **Introdução à Lógica**. São Paulo: Editora Unesp, 2001. 393 p.

MUNDIM, Roberto Patrus. A Lógica Formal – princípios elementares. **Economia & Gestão**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.135-145, jan-jun/2002.

NAUMANN, Felix; ROLKER, Claudia. Assessment Methods for Information Quality Criteria. In: 2000 CONFERENCE ON INFORMATION QUALITY, 2000, Cambridge. **Proceedings...** . Cambridge: MIT, 2000. p. 148 – 162.

NELSON, R. Ryan; TODD, Petere A.; WIXOM, Barbara H.. Antecedens of Information and System Quality: An Empirical Examination Within the Context of Data Warehousing. **Journal Of Management Information Systems**. [S.l.], v. 21, n. 4, p. 199-235, 2005.

OSCE - ORGANIZATION FOR SECURITY AND CO-OPERATION IN EUROPE (Austria) (Ed.). **OSCE Guidebook: Intelligence-Led Policing**. Vienna, 2017, 104 p.

PESTANA, Olívia. Elementos para uma avaliação de fontes de informação na Internet. **Páginas A&b, Arquivos e Bibliotecas**, [s.l.], p.41-50, 2001. Disponível em: <<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/132>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

ROSITO, Guilherme Augusto. Abordagem fenomenológica e metodologia de produção do conhecimento. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 2, n. 3, p.23-28, set. 2006. Quadrimestral.

SÁ, Ricardo Antunes de. René Descartes: em busca do método universal. **Rep - Revista do Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 11, n. 1, p.92-98, 2004.

SALES, Rodrigo de; ALMEIDA, Patrícia Pinheiro de. Avaliação de fontes de informação na internet: avaliando o site do NUPILL/UFSC. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 4, n. 2, p.67-87, jun. 2007.

SANTOS, Marco Antonio dos; FRANCO, Jacinto Rodrigues. **A atividade de inteligência na segurança para o século XXI**. Brasília: Marco Antonio dos Santos, 2011. 199 p.

SCHMIDT, Samuel Otero. **Avaliação das dimensões da qualidade da informação no contexto de sistema de inteligência de negócio (business intelligence): um estudo de caso**

sob a perspectiva do usuário. 2013. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SCHNEIDER, Stephen R. **The Criminal Intelligence Function: Toward a Comprehensive and Normative Model.** 1995. Disponível em: <http://www.oss.net/dynamaster/file_archive/040320/d60c198f60c5f90724c847474edd3a80/OSS1995-02-31.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2018.

SEMIDÃO, Rafael Aparecido Moron. **Dados, informações e conhecimento enquanto elementos de compreensão do universo conceitual da ciência da informação: contribuições teóricas.** 2014. 198 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciência da Informação, Unesp - Universidade Estadual Paulista, Marília, 2014.

SORDI, José Osvaldo de; MEIRELES, Manuel; GRIJO, Rogério Nahas. Gestão da qualidade da informação no contexto das organizações: percepções a partir do experimento de análise da confiabilidade dos jornais eletrônicos. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S.I.], v. 13, n. 2, p.168-195, maio/ago 2008.

STEINER, Rudolf. **Verdade e ciência:** Prelúdio a uma “Filosofia da Liberdade”. Tradução de Rufolf Lanz. [S.I.: s.n.], [1985?]. 25 p.

TARAPANOFF, Kira (Org.). **Inteligência, informação e conhecimento.** Brasília: Ibict, Unesco, 2006. 456 p.

TEIXEIRA, Michelle Montenegro Studart. Perfil do profissional de inteligência. **Revista Brasileira de Inteligência**, Brasília, v. 2, n. 3, p.29-43, set. 2006.

TOMAÉL et al. Avaliação de fontes de informação na Internet: critérios de qualidade. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 11, n. 2, p.1-14, 2001. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/repositorio/2010/11/pdf_dfc000a67c_0013475.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2018.

VIANNA, Cleverson Tabajara. **Sistemas de Informação no contexto da Inovação, dos Sistemas, da Informação e dos Processos Gerenciais.** [S.I.]: Instituto Federal de Santa Catarina, 2015. 134 p.